

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

SHERLEN CIBELY RODRIGUES BORGES

**EVIDÊNCIAS DE RACISMO INSTITUCIONAL EM UM BAIRRO
NEGRO: O CASO DO BAIRRO BOM JESUS EM PORTO
ALEGRE/RS**

PORTO ALEGRE

2023

SHERLEN CIBELY RODRIGUES BORGES

**EVIDÊNCIAS DE RACISMO INSTITUCIONAL EM UM BAIRRO
NEGRO: O CASO DO BAIRRO BOM JESUS EM PORTO
ALEGRE/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Área de concentração: Planejamento e Espaço Urbano e Regional.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Luciana Inês Gomes Miron e Prof.^a Dra.^a Clarice Misoczky Oliveira

PORTO ALEGRE

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Borges, Sherlen Cibely Rodrigues
Evidências de Racismo Institucional em um bairro negro: o caso do bairro Bom Jesus em Porto Alegre/RS / Sherlen Cibely Rodrigues Borges. -- 2023.
216 f.
Orientadora: Luciana Inês Gomes Miron.

Coorientadora: Clarice Misoczky Oliveira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Racismo Institucional. 2. Bairros negros. 3. Planejamento Urbano. 4. Equidade. I. Miron, Luciana Inês Gomes, orient. II. Oliveira, Clarice Misoczky, coorient. III. Título.

SHERLEN CIBELY RODRIGUES BORGES

Evidências de racismo institucional em um bairro negro: o caso do bairro Bom Jesus em Porto Alegre/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional. Área de concentração: Planejamento e Espaço Urbano e Regional.

Porto Alegre, 20 de outubro de 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Glória Cecília dos Santos Figueiredo
(Examinadora Externa – FAU/UFBA)

Prof. Dra. Cláudia Luisa Zeferino Pires
(Examinadora Externa – Faculdade de Geografia/UFRGS)

Prof. Dr. Olavo Ramalho Marques
(Examinador Externo – PGDREDES/UFRGS)



Os_becos_da_Bom_Jesus-Sherlen_Borges_4 de julho 2023

AGRADECIMENTOS

Foram dois anos repletos de desafios, especialmente para alguém que não teve experiência em pesquisa durante a graduação e também não teve contato com o inglês na vida. Além disso, o primeiro ano de mestrado coincidiu com uma pandemia mundial, a COVID-19, em que nossas orientações e aulas eram de forma online. Assim, sem dúvida evidenciou ainda mais a importância da coletividade e dos afetos. Que para mim, que sou movida por eles que me cercam e me constituem é de tamanha importância.

Diante disso, expressei profunda gratidão a minha família. À minha mãe, Kerlen, pelas palavras, o incentivo, o cuidado e o amor diário. Ao meu pai, Pedrinho, pelo cuidado e suporte emocional, muitas vezes acompanhado com chocolates. Aos meus irmãos, Marcelo, Victória e Andrey, pelo apoio e os momentos familiares carregados de afeto e alegria. Aos meus sobrinhos amados, Arthur e Morgana, tão pequenos e que não sabem o quanto deixam a nossa vida mais leve.

Agradeço ao NEGA e todas as suas possibilidades dentro da universidade e fora dela, por mostrar o lado pé no chão, que a academia pode oferecer. Grata em especial, à Prof. Cláudia, por mostrar um outro lado da relação docente-discente, pela atenção e carinho. À Júlia, pela escuta, conselhos, choros, bloquinhos, enfim, pela nossa amizade além da academia. A Laisa e a Lara pelas trocas, aprendizado e paciência.

Aos meus amigos, que de várias maneiras, estiveram ou continuam presentes em meu dia a dia, assim como aqueles que cruzaram meu caminho ao longo deste trajeto. Vocês foram fundamentais para conclusão deste trabalho. Agradeço pelo apoio, incentivo, pelas conversas em bares, cafés, jantares, ensaios e bloquinhos.

Sendo assim, agradeço a Jamile, minha amiga que acompanhou todo esse processo quase que diariamente. Obrigada pela escuta, pela paciência, pelo incentivo e por sempre se fazer presente. Ao Mateus, grata pela nossa amizade construída recentemente, por sempre saber o que dizer e como dizer, bem como pelo cuidado e carinho que demonstra em nossa amizade. Ao Douglas, a primeira pessoa a me incentivar a entrar no PROPUR e a construir meu projeto, um grande amigo, vizinho e parceiro de luta.

Agradeço a minhas amigas e colegas de apartamento, Cibi e Gabi. Obrigada pelo afeto diário, pelo colo e ombros oferecidos e por me deixarem ocupar a mesa da sala de vez em quando. A Cibi, especialmente, agradeço pela irmandade construída desde a infância. Me orgulho de quem somos hoje e o que estamos construindo, obrigada pelo cuidado e paciência comigo. E a Gabi minha parceira desde a graduação e companhia de home Office. Obrigada, gurias!

À Ba e ao João, quero expressar minha gratidão pelo vínculo profundo que construímos ao longo desses últimos anos. Nossa amizade se destaca não apenas pelas conversas sérias e profundas sobre diversos assuntos, incluindo nossas experiências como pessoas pretas ocupando diversos lugares, mas também pelas risadas e momentos descontraídos.

Aos amigos do CLJ pela amizade sincera, pura e de anos. Em especial ao Doug, um amigo e pesquisador maravilhoso, que neste processo de mestrado se dispôs a revisar diversos textos, incluindo esta dissertação. Obrigada pelo suporte nesse processo.

Agradeço ao Bloco Não mexe comigo que eu não ando só (bloco feminista de carnaval de rua), que foi um espaço em que fui recebida muito bem e que durante esse processo de mestrado, os ensaios foram meu refugio.

Aos meus colegas de mestrado e orientação, Luiza, Andrielle, Luana e Tami, obrigada pelo apoio e paciência. Aos meus amigos do grupo "Roles Propurianos", pelo apoio, pelos roles, cervejinhas, choros e reclamações coletivas. Aqui, destaco a Jéssica, pela amizade, apoio e cuidado. Agradeço ao Giovani, colega e amigo desde a graduação, em que fomos suporte um ao outro nesse percurso do mestrado. À Fran Bonoldi, colega, amiga e companheira de bloco, agradeço pelas trocas, carinho e parceria.

À Andressa e à Nathália, agradeço pelos nossos caminhos terem se cruzado e termos construído o Laboratório de estudos Encruzilhada. Esse nosso encontro surgiu em um momento para termos certeza que não estamos sozinhas. Ter encontrado vocês foi fundamental!

Às pessoas que participaram desta pesquisa, muito obrigada pelo tempo, por abrirem as portas de suas casas, pelos cafés e pelos almoços. As histórias de vocês me atravessaram por serem histórias parecidas com a minha e da minha família. Vocês são fundamentais na luta urbana e na construção da nossa cidade!

Às minhas orientadoras, professora Luciana Miron e professora Clarice Oliveira, pela inspiração na vida acadêmica e no trabalho de campo. Obrigado pelo suporte e paciência na condução da orientação deste trabalho.

Por último, desejo agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se tornou minha segunda casa desde a graduação. Também ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, pelo sólido suporte institucional e pela oportunidade de acessar e construir conhecimento de forma pública e de qualidade. Assim, agradeço também a CAPES pela bolsa, que me permitiu viver a pesquisa.

RESUMO

A população negra brasileira, desde a época do escravismo e pós-abolição, enfrenta os efeitos do racismo, sendo a cor da pele ainda determinante do que a pessoa pode ou não fazer na cidade. A partir de uma revisão de literatura exploratória foi possível identificar que bairros negros e territórios negros não são temas muito abordados na academia. O racismo institucional ocorre quando as instituições (públicas e privadas) atuam na produção, reprodução e manutenção da discriminação racial. Estudos indicam que o próprio planejamento urbano legitima a segregação espacial da população negra, que acaba ocupando periferias sem infraestrutura básica adequada. Segundo dados do IBGE, ObservaPoa e INCRA, essa população é a que menos têm acesso à educação, à saúde e à posse de terras. Porto Alegre, a capital do Rio Grande do Sul, tem historicamente apagado memórias desses territórios, como no caso da Colônia Africana (atual bairro Rio Branco) e da Ilhota (parte do atual bairro Cidade Baixa). No presente, a capital gaúcha tem cerca de onze quilombos urbanos, sendo que a maior parte destes ainda não tem processos tramitando no INCRA para a regularização de suas terras. São exemplos de desigualdades socioespaciais que evidenciam a falta de equidade. Nesta pesquisa a falta de equidade é entendida como a falta de igualdade na aplicação das leis para com todos. O objetivo geral desta pesquisa é buscar evidências de racismo institucional em um bairro negro de Porto Alegre/RS. O objeto empírico selecionado foi o bairro negro Bom Jesus. A estratégia de pesquisa adotada é o estudo de caso e as principais técnicas de coleta de dados são: análise documental, bibliográfica, entrevistas, registro fotográfico, a cartografia social e o grupo de foco. O estudo de caráter exploratório foi desenvolvido em três etapas. Na etapa 01 foi feita a seleção do estudo de caso e a delimitação teórica. Na etapa 02 foi analisada a percepção dos moradores sobre o bairro. Na etapa 03 foi feita a análise, discussão e consolidação dos dados coletados nas etapas anteriores. A partir da análise conjunta dos dados, foram obtidos como resultados: (i) a caracterização do bairro como um bairro negro, manifestações culturais e religiosas, representatividade de mulheres negras e trabalho e renda; (ii) a identificação de evidências da ausência de planejamento urbano no bairro negro, tais como: apagamentos de memórias, conflitos urbanos e falta de equidade. Este trabalho pretende contribuir com o conhecimento na área de planejamento urbano, evidenciando a possível existência do racismo institucional em um bairro negro de Porto Alegre. Esse tipo de estudo tem a possibilidade de dar visibilidade para futuras reflexões na construção de cidades mais justas, igualitárias e antirracistas.

Palavras-chave: racismo institucional, bairros negros, equidade, planejamento urbano.

ABSTRACT

Afro-Brazilian population, since the time of slavery and post-abolition, has faced the effects of racism, with skin color still determining what a person can or cannot do in the city. Through an exploratory literature review, it was possible to identify that black neighborhoods and black territories are not extensively addressed in academia. Institutional racism occurs when institutions (public and private) contribute to the production, reproduction, and maintenance of racial discrimination. Studies indicate that urban planning itself legitimizes the spatial segregation of the black population, often leading them to occupy peripheral areas without adequate basic infrastructure. According to data from IBGE, ObservaPoa, and INCRA, this population has the least access to education, healthcare, and land ownership. Porto Alegre, the capital of Rio Grande do Sul, has historically erased the memories of these territories, such as in the case of the Colônia Africana (now the Rio Branco neighborhood) and Ilhota (part of the current Cidade Baixa neighborhood). At present, the capital of Rio Grande do Sul has approximately eleven urban quilombos, with most of them still not undergoing INCRA processes for land regularization. These are examples of socio-spatial inequalities that highlight the lack of equity. In this research, the lack of equity is understood as the absence of equality in the application of laws for all. The general objective of this research is to seek evidence of institutional racism in a black neighborhood of Porto Alegre, RS. The selected empirical object is the black neighborhood of Bom Jesus. The research strategy adopted is a case study, and the main data collection techniques include documentary and bibliographical analysis, interviews, photographic documentation, social cartography, and focus groups. The exploratory study was conducted in three stages. In Stage 01, the case study selection and theoretical delimitation were performed. In Stage 02, the residents' perception of the neighborhood was analyzed. In Stage 03, the data collected in the previous stages were analyzed, discussed, and consolidated. Through the joint analysis of the data, the following results were obtained: (i) the characterization of the neighborhood as a black community and the identification of black territorialities (meeting points such as black clubs), cultural and religious expressions, representation of black women, and labor and income; (ii) the identification of evidence of the absence of urban planning in the black neighborhood, such as erasure of memories, urban conflicts, and lack of equity. This work aims to contribute to the knowledge in the field of urban planning, highlighting the potential existence of institutional racism in a black neighborhood of Porto Alegre. Such studies have the potential to shed light on future reflections in the construction of fairer, more equitable, and anti-racist cities.

Keywords: institutional racism, black neighborhoods, equity, urban planning.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Motivação.....	16
Contexto.....	20
Problema de pesquisa.....	23
Questões	29
Objetivos	29
Síntese do método de pesquisa	30
Estrutura do trabalho.....	31
CAPÍTULO 1	34
REFERENCIAL TEÓRICO: principais conceitos para entendimento desta pesquisa.....	34
1.1 Territórios negros.....	34
1.2 Bairros Negros.....	38
1.3 Equidade Territorial.....	41
1.4 Raça, Racismo, Racismo Institucional e Antirracismo.....	44
1.5 Branquitude.....	49
1.6 Planejamento Urbano sob a perspectiva de raça	51
1.7 Síntese quadro conceitual adotado para a pesquisa	55
CAPÍTULO 2	60
MÉTODO DE PESQUISA	60
2.1 Estratégias de pesquisa.....	60
2.2 Delineamento da pesquisa.....	61
2.3 Técnicas de coleta de dados.....	62
2.3.1 Entrevista em Profundidade semiestruturada com apoio da Cartografia Social, Grupo de foco e Fotografia	62
2.3.2 Pesquisa Bibliográfica, Documental e Coleta de dados secundários.....	66
2.4 Análise de conteúdo.....	67
2.5 Detalhamento das etapas da pesquisa	68
2.5.1 Etapa 01.....	68
2.5.2 Etapa 02.....	70
2.5.3 Etapa 03.....	81
2.5.4. Análise de conteúdo.....	81

2.6 Caracterização do caso: um panorama geral do bairro Bom Jesus	82
2.6.1 Indicadores socioespaciais: renda.....	86
2.6.2 Indicadores socioespaciais: composição racial	88
2.6.3 Indicadores socioespaciais: composição de gênero.....	89
2.6.4 Indicadores socioespaciais: moradia.....	91
2.6.5 Indicadores socioespaciais: condicionantes ambientais.....	91
2.6.6 Indicadores socioespaciais: equipamentos urbanos.....	93
2.6.7 Indicadores socioespaciais: saneamento básico	93
2.6.8 Indicadores socioespaciais: sínteses técnicas	94
CAPÍTULO 3	98
A INSTITUCIONALIZAÇÃO do PLANEJAMENTO URBANO	98
3.1 As instituições do Planejamento Urbano	98
3.2 As instituições do Planejamento Urbano no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre	101
3.2.1 Um pouco dos planos e projetos que formaram Bairros negros em Porto Alegre:..	105
3.3 O bairro Bom Jesus: sua história	113
CAPÍTULO 4	119
O BAIRRO BOM JESUS ESTÁ NO MAPA?	119
4.1 O bairro Bom Jesus é um bairro negro?.....	119
4.1.1 Manifestações Culturais:.....	120
4.1.2 Manifestações Religiosas	125
4.1.3 Sociabilidades Negras.....	126
4.1.4 Representatividade de Mulheres Negras.....	127
4.1.5 Trabalho, ocupações, economia e geração de renda	131
4.1.6 Mapas Entrevistas	133
4.1.7 Bom Jesus como um bairro negro: Considerações sobre os resultados.....	138
4.2 As desigualdade entre bairros de Porto Alegre/RS e a falta de equidade no bairro Bom Jesus	143
4.2.1 A falta de equidade no bairro Bom Jesus: Considerações sobre os resultados.....	150
CAPÍTULO 5	154
A BONJA E O RACISMO INSTITUCIONAL.....	154
5.1 Análise de leis, planos e projetos no Bairro Bom Jesus	154
5.2 Outras evidências de Racismo Institucional no bairro	169
5.3 Discussão do capítulo	175
CAPÍTULO 6	181

CONCLUSÃO	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187
APÊNDICES	200
ANEXOS	212

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

- AEIS-** Áreas Especial de Interesse Social
- BM-** Brigada Militar
- BND-** Biblioteca nacional digital
- BNH-** Banco Nacional da Habitação
- CEA-** Centro de Educação Ambiental
- CEMME-** Centro Cultural Marli Medeiros
- CRAS-** Centro de Referência de Assistência Social
- CRIP-** Centro de Relações Institucionais e Participativas
- DEM HAB-** Departamento Municipal de Habitação
- DMCP-** Departamento Municipal da Casa Popular
- IBGE-** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA-** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPEA-** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- FJP-** Fundação João Pinheiro
- FQ/RS -** Frente Quilombola do Rio Grande do Sul
- JAPA-** Journal of the American Institute of Planners
- MDB-** Movimento Democrático Brasileiro
- NEGA-** Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente
- OP-** Orçamento Participativo
- PES-** Planejamento Estratégico Situacional
- PGM-** Procuradoria Geral do Município
- PMPA-** Prefeitura Municipal de Porto Alegre
- PNUD-** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PROPUR-** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
- RP-** Região de Planejamento
- SERFHAU-** Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
- SIG -** Sistema de Informação Geográfica
- S.M-** Salário mínimo
- SOP-** Secretaria de Obras Públicas
- SPM-** Secretaria do Planejamento Municipal
- TCC-** Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa topográfico de Porto Alegre com os Territórios Negros 1906	25
Figura 2- 12 bairros com maior porcentagem de população negra na cidade	26
Figura 3- Diagrama conceitual: definição de territórios negros e bairros negros.	36
Figura 4- Diagrama conceitual: definição de bairros negros.	40
Figura 5- Colonialidade do poder	46
Figura 6- Diagrama: Possíveis propósitos do Estudo de caso.	60
Figura 7- Tipos básicos de Projetos para Estudo de caso	61
Figura 8- Diagrama: Síntese delimitação da pesquisa.	62
Figura 9- Diagrama: Síntese técnica e objetivo	65
Figura 10- Diagrama: Síntese técnica e objetivo.	67
Figura 11- Etapa 01 - Coleta de Dados	68
Figura 12- Etapa 02 - Coleta de Dados	70
Figura 13- Roteiro Entrevista	72
Figura 14- Mapa A3 da Entrevista	73
Figura 15- Roteiro cartografia	74
Figura 16- Roteiro Oficina Bairros Negros	75
Figura 17- Mapa A3 Oficina	77
Figura 18- Ficha Bairro Negros	77
Figura 19- Questionário - Em relação a outros bairros...	78
Figura 20- Ficha propostas - Instituto Elos	79
Figura 21- Etapa 03 - Análise e Discussão	80
Figura 22- Localização do bairro em Porto Alegre.	82
Figura 23- Linha do tempo PU e Instituições	103
Figura 24- Linha do tempo PU e Instituições	105
Figura 25- Mapa do Areal da Baronesa, Porto Alegre 1906	107
Figura 26- Mapa do Areal da Baronesa, Porto Alegre 1888	107
Figura 27- Paisagem interna da Ilhota	110
Figura 28- Plano Cura Piloto - Projeto Renascença	111
Figura 29- Fotos da Ilhota	112
Figura 30- Relatos em grupos de Redes Sociais	116
Figura 31- Oficina de Bairros Negros para o Plano de bairro	119
Figura 32- Escola de Samba Copacabana	122
Figura 33- Projetos do bairro	123
Figura 34- Grupo de Rap, à esq.; Grupo de Poesia de Rua à dir.	124
Figura 35- Grupos de Rap	125
Figura 36- À dir. e à esq. Centro Cultural Dona Efigênia; ao meio Escola Três Corações	129
Figura 37- À esq. Centro de Triagem (CEA); ao meio Placa com o nome da Rua Marli Medeiros; à dir. Marli Medeiros em mini doc.	130
Figura 38- Instagram da Copearte	132
Figura 39- Mapas das entrevistas	134
Figura 40- À esq. e ao meio, igrejas evangélicas; à dir. religião de matriz africana.	137

Figura 41- Linha do tempo Leis, planos e projetos	153
Figura 42- Rede de Transporte coletivo Interurbano - Porto Alegre	156
Figura 43- Casa Popular	158
Figura 44 - Plano Gladosch 1943	160
Figura 45- A localização da Cidade Universitária	161
Figura 46- O processo de formulação do 2º PDDUA (1993-1997)	163
Figura 47- Localização Mato Sampaio	166
Figura 48 - Momento de debate sobre o que é Racismo.	168
Figura 49- Kraft com post-it das respostas dos moradores.	168
Figura 50 - Evidências de Racismo Institucional I	175
Figura 51 - Evidências de Racismo Institucional II	176
Quadro 1- RSL “equidade”	42
Quadro 2- Lideranças Negras	127
Quadro 3 - Dados dos Mapas das Entrevistas	135
Quadro 4- Em relação a outros bairros....	143
Quadro 5- Desapropriações Projeto EBTU/BIRD	155
Quadro 6- Leis do DMCP	159
Quadro 7 - Linha do tempo Mato Sampaio	167
Quadro 8 - Percepção dos moradores	170
Quadro 9- Trabalhos existentes sobre os bairros negros em Porto Alegre (LUME). Elaborado pela autora.	194
Quadro 10 - Trabalhos existentes sobre os bairros negros em Porto Alegre (CAPES). Elaborado pela autora.	195
Quadro 11 - RSL bairros negros. Elaborado pela autora.	197
Quadro 12 - TABELA PORCENTAGEM POPULAÇÃO NEGRA	206
Gráfico 1- Renda mensal da família	86
Gráfico 2- Insegurança Alimentar	86
Gráfico 3- Raça/ cor	88
Gráfico 4- Gênero	89
Gráfico 5- Segurança	95
Gráfico 6- Infraestrutura da Bom Jesus	144
Gráfico 7- Policiamento / segurança	145
Gráfico 8- Áreas de lazer	145
Gráfico 9- Acesso à saúde	146
Gráfico 10- acesso à educação	147
Gráfico 11 - Principais áreas de conhecimento (LUME). Elaborado pela autora.	195
Gráfico 12 - Principais áreas de conhecimento (CAPES). Elaborado pela autora	196
Mapa 1- Bairro Bom Jesus	83
Mapa 2- Territórios populares	84
Mapa 3- Densidade Demográfica	85

Mapa 4- Renda (Salário mínimo/ Domicílio)	87
Mapa 5- População Negra	88
Mapa 6- Mulheres responsáveis por domicílio	89
Mapa 7- Materialidade predominante	90
Mapa 8- Pavimentação das vias	91
Mapa 9- Condicionantes Ambientais	92
Mapa 10- Equipamentos	93
Mapa 11- Esgotamento sanitário	94
Mapa 12- Síntese 01	95
Mapa 13- Síntese 02	96
Mapa 14- Mapeamento dos Locais de Manifestações Culturais	121
Mapa 15- Mapeamento dos Locais de Manifestações Religiosas	126
Mapa 16- Mapeamento dos Locais de Sociabilidades	127
Mapa 17- Mapeamento de Lideranças Negras	128
Mapa 18- Mapeamento de Locais de Trabalho e Geração de Renda	131
Mapa 19- Mapa síntese das entrevistas	139
Mapa 20- AEIS I	154
Mapa 21 - Percentual da população negra	198
Mapa 22 - Percentual da população branca	199
Mapa 23 - Percentual de domicílios com rendimento domiciliar per capita até 1/2 salário mínimo. Nestes valores já estão contabilizados os domicílios indigentes	200
Mapa 24 - Densidade da população negra por bairro	201
Mapa 25 - Densidade da população negra por setor censitário	202



I Festa em Homenagem ao Bará-Sherlen Borges 13 de junho 2022

INTRODUÇÃO

Na introdução serão apresentados os principais elementos da dissertação, iniciando com a **motivação da pesquisa, o contexto, a construção do problema de pesquisa, as questões de pesquisa, os objetivos, uma síntese da metodologia e por fim a estrutura da dissertação.**

Motivação

“Eu disse: O meu sonho é escrever!
 Responde o branco:
 Ela é louca!
 O que as negras devem fazer:
 É ir pro tanque. Lavar roupa”,
 Carolina Maria de Jesus

Inicio essa pesquisa com essa frase da Carolina Maria de Jesus em que ela reivindica o lugar do negro na universidade. Nessa mesma linha, Collins (2016) nos faz refletir sobre, com o uso da expressão “outsider within”, que em português poderia ser “forasteira de dentro”. A autora afirma que *“por muito tempo mulheres negras têm ocupado posições marginais em ambientes acadêmicos”* (pg 99), ela também vai dizer que *“especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero”* (pg 100). Desta forma, esta pesquisa, parte de uma motivação autoetnográfica de um lugar: o meu lugar enquanto mulher negra. Santos (2022) aborda o método da autoetnografia e argumenta que através dele se constrói um relato sobre um grupo a partir de si mesmo (o autor/escritor). O autor ainda vai explicar esse método dizendo

Grosso modo, podemos dizer que a autoetnografia é um método que se sustenta e se equilibra em um “modelo triádico” baseado em três orientações: a primeira seria uma orientação metodológica – cuja base é etnográfica e analítica; a segunda, por uma orientação cultural – cuja base é a interpretação: a) dos fatores vividos (a partir da

memória), b) do aspecto relacional entre o pesquisador e os sujeitos (e objetos) da pesquisa e c) dos fenômenos sociais investigados; e por último, a orientação do conteúdo – cuja base é a autobiografia aliada a um caráter reflexivo. Isso evidencia que a reflexividade assume um papel muito importante no modelo de investigação auto etnográfico, haja vista que a reflexividade impõe a constante conscientização, avaliação e reavaliação feita pelo pesquisador da sua própria contribuição/influência/forma da pesquisa intersubjetiva e os resultados consequentes da sua investigação (SANTOS, 2022, p. 218)

Esse método não será abordado diretamente na pesquisa em si, somente na seção de motivação. Pretendo explorar outra forma de escrita, baseada em minhas próprias memórias e reflexões dessas vivências enquanto mulher negra e arquiteta e urbanista frequentadora de territórios negros na cidade de Porto Alegre. Através dessa abordagem, busco trazer inquietações de forma reflexiva: Quem planeja a cidade? Para quem ela é construída? Como a população negra vive a cidade? Como ficam as mulheres negras dentro da cidade? A produção da cidade é equitativa? Qual é o meu lugar enquanto pesquisadora negra?

Essas inquietações sobre a cidade que se tem hoje, a construção dela ao longo dos séculos, para quem e por quem ela é produzida, surgem ao longo da graduação em Arquitetura e Urbanismo. O momento marcante foi o trabalho de conclusão de curso (TCC), onde foi estudada uma comunidade quilombola urbana: o Quilombo da Família Silva. Também como no mestrado, ele foi uma das primeiras produções acadêmicas que tratava sobre esse assunto, na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Logo, como primeira reflexão, ressalto que a produção acadêmica sobre a população negra de Porto Alegre é ainda incipiente no âmbito do planejamento urbano. Cunha Junior (2019) aponta que a falta de estudos sobre a população negra e também de pesquisadores negros que pensem a cidade e estejam engajados, contribui na produção das desigualdades dessa população.

Nesse percurso acadêmico, outras inquietações surgiram também através das participações de reuniões da FQ/RS (Frente Quilombola/ Rio Grande do Sul) e como integrante do grupo de extensão NEGA/UFRGS (Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Nessas participações e aproximações foram propiciadas reflexões sobre a vivência popular e a pesquisa acadêmica, que se encontram

e formam saberes. E partindo dessa relação, se pode dar voz e espaço para populações que são invisibilizadas, valorizando os saberes populares. Nessa mesma linha de saberes populares, meu trabalho atual com ocupações em Porto Alegre, em um bairro negro, traz uma reflexão em relação às lideranças negras comunitárias e suas vivências na luta por uma cidade equitativa, qualidade de vida e a vida comunitária e coletiva.

Além dessas vivências, inquietações surgiram também diante do cenário mundial e brasileiro em relação à população negra. Foram removidos monumentos de figuras representativas da sociedade escravocrata, no Brasil e ao redor do globo. Em 2020, no sul da Inglaterra, a estátua de um traficante de escravos foi derrubada por manifestantes e atirada no rio¹. Em julho de 2021 em São Paulo, foi incendiada a estátua de mais de 13 metros de altura que representava o Borba Gato, bandeirante e colonizador que tomava terras e escravizava indígenas e negros². Nos Estados Unidos, na mesma época, duas estatuas de dois generais que lutaram defendendo a escravidão foram retiradas³.

Outros eventos de violência e caráter racista também se destacaram nos últimos anos. Nos Estados Unidos, George Floyd foi assassinado por um policial, evento que acabou gerando diversas manifestações no mundo. No Brasil uma série de assassinatos de caráter racista foram noticiados, como o caso da vereadora Marielle Franco e do Genivaldo de Jesus Santos⁴. Em Porto Alegre, o caso do assassinato de João Alberto Silveira Freitas⁵, protagonizado por um segurança e um policial em um supermercado, ocorreu na véspera do dia da consciência negra, dia 19 de novembro de 2020. Mariele, Genivaldo e João Alberto são casos emblemáticos de uma dura realidade brasileira.

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/07/manifestantes-derrubam-estatua-do-trafficante-de-escravos-edward-colston-em-bristol-na-inglaterra.ghtml> . Acesso em 20.06. 2022

² Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-24/estatua-do-borba-gato-simbolo-da-escravidao-em-sao-paulo-e-incendiada-por-ativistas.html> . Acesso em 20.06. 2022

³ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-07-11/estatua-de-robert-lee-e-retirada-em-charlottesville-quatro-anos-depois-da-revolta-dos-supremacistas.html> . Acesso em 20.06. 2022

⁴ Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2022/05/848690-homem-morre-sufocado-por-gas-apos-ser-colocado-em-porta-malas-de-viatura-da-prf.html . Acesso em 21 de julho de 2022.

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e-espantado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml> Acesso em: 21 de julho de 2022.

Segundo dados do IBGE, “a população negra tem 2,7 mais chances de ser vítima de assassinato do que a população branca”⁶. A revelação desses dados motivou estudos que questionam a possibilidade de “genocídio” da população negra⁷. Por outro lado, apesar desse cenário de morte, símbolos da cultura negra se mantêm vivos. Em 2022 dois clubes negros da cidade de Porto Alegre comemoraram mais de cem anos de existência, sendo um deles, o clube negro mais antigo do Brasil.

As inquietações que emergiram ao longo da jornada de pesquisa durante o mestrado, entrelaçadas com experiências pessoais, desencadearam também a criação do Laboratório Encruzilhada, uma iniciativa concebida em colaboração com duas colegas negras do PROPUR. Esse espaço de debate e trocas é importante e revolucionário. É um grupo aberto e acolhedor, de troca de afetos e discussões acerca da interseccionalidade entre raça e cidade.

Essas inquietações, reflexões e conjunto de experiências, que foram brevemente relatadas aqui, motivam e inspiram essa pesquisa. Seja a Bom Jesus casa do meu primeiro sobrinho, sejam memórias de carnavais infantis no Satélite Prontidão (um clube negro de Porto Alegre), ou seja, minha vivência na luta por moradia. A expectativa em relação a esta pesquisa é da possibilidade de contribuir para com os estudos sobre raça, equidade e planejamento urbano em Porto Alegre. Possibilitando, dessa forma, visibilidade para esses territórios e valorização da população negra em diversos setores da sociedade que podem influenciar o planejamento urbano, tais como: as instituições públicas, as instituições acadêmicas, as comunidades e a iniciativa privada. Deste modo, como pesquisadora negra marginal, busco contribuir com uma discussão que

⁶ Informativo IBGE: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2022.

⁷ Sampaio, Tamires Gomes. Código oculto: política criminal, processo de racialização e obstáculos à cidadania da população negra no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2019. Em sua dissertação, Sampaio (2019) questiona se é possível falar em genocídio da população negra e aponta que a ordem sistemática que criminaliza, encarcera em massa e extermina a população negra no Brasil, apontando para a necropolítica. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UPM_c6d15e511af333e0ee032ddfa3174003. Acesso em 21 de julho de 2022.

não é tão abordada e, ao mesmo tempo, ocupar uma posição que reforça a importância de uma perspectiva e uma memória negra no processo de construção da cidade.

Contexto

A história da formação do Brasil é marcada pelos 300 anos de Escravidão. Nesses três séculos, o trabalho escravista sustentou diversos setores, especialmente a economia. O escravismo firmado pela crença da diferença acabou explorando populações que não eram iguais aos seus, racialmente e culturalmente (Girardi, 2022). A modernização do mundo possibilitou uma hierarquização de saberes, na qual os detentores do poder dominavam e inferiorizavam outras pessoas.

Nesse período existiram comunidades que resistiram contra esse sistema escravista e racista. Nascimento (2021) e Moura (2020) afirmam que os Quilombos são manifestações de resistência e também espaço de valorização da cultura e memória negra. Moura (2020), por exemplo, afirma que o Quilombo de Palmares foi uma grande república, além de ter sido a maior manifestação de resistência ao escravismo na América Latina, existindo por quase 100 anos e chegando a ter entre 20.000 a 25.000 habitantes. O sucesso de Palmares, com suas próprias linguagens, economias e saberes, fez com que a sociedade escravista se sentisse confrontada e encarasse esse quilombo como um problema, uma ameaça.

Ainda nesse período, um processo que gerou desigualdades territoriais, foi a mercantilização das terras. Inicialmente a construção das cidades se dava pelo sistema sesmarial, que chegou ao fim em julho de 1822 e seguiu por um longo tempo sem alguma lei vigente sobre a propriedade das terras (Milano, 2011). Em 1850, com a lei de terras, se iniciou um grande problema fundiário para a população negra, pois somente quem podia comprar terras eram as pessoas brancas⁸.

⁸ Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/18/como-a-divisao-de-terras-desde-1850-perpetua-desigualdade-racial-no-brasil.htm>. Acesso em 20.06. 2022

A primeira Lei de Terras de 1850, redigida no evidente contexto de esgarçamento e saturação do sistema escravista, contribuiu substancialmente para tornar invisíveis os africanos e seus descendentes no novo processo de ordenamento jurídico-territorial do país. Ao negar-lhes a condição de brasileiros, segregando-os através da categoria “libertos” esta lei inaugura um dos mais hábeis e sutis mecanismos de expropriação territorial. (ALMEIDA, 2010, p. 19)

Todas essas legislações ao longo dos séculos estão interligadas ao sistema escravista e tem o racismo consolidado, visivelmente muito forte no Brasil, que é apontado como o segundo maior país com população de descendência africana (Anjos, 2020). Almeida (2021) aborda essa relação entre o racismo e o escravismo, apontando que o racismo não é só um resquício da escravidão, mas também um produto do capitalismo e da racionalidade moderna. Nessa argumentação, racismo e capitalismo são elementos constituintes, entre os quais não pode haver dissociação. Esse autor explica que o racismo é uma manifestação das estruturas do capitalismo forjado pela escravidão. Diante desse cenário, Kilomba (2020) em seu livro que aborda episódios de racismo no cotidiano, conceitua o **racismo institucional**, colocando-o não apenas como um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O conceito de Racismo Institucional adotado nesta pesquisa é o do Silvio Almeida (2021), o qual explica que o racismo institucional “não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça”. Assim, entre as “desvantagens e privilégios com base na raça”, se pode destacar as questões territoriais. Dessa forma, a desigualdade territorial baseada em raça e classe, tem como consequência a priorização de investimentos de infraestrutura para os bairros majoritariamente brancos e com uma população com renda mais alta.

Expressões de racismo, especialmente relacionadas às questões territoriais também podem ser identificadas no planejamento urbano, o qual é o campo de atuação, profissional e acadêmico relacionado à produção e distribuição do espaço urbano na superfície da cidade (Rovati, 2013; Souza, 2020). John Iceland et al. (2002) cita como exemplo a segregação racial residencial que leva a desigualdade urbana como uma

consequência deste planejamento. Planejar é pensar no futuro, pensar antes de agir, propor objetivos, explicar possibilidades e analisar suas vantagens e desvantagens (Huertas,1996). Dessa forma, se o planejamento urbano é pensar o futuro e ele está impregnado pelo racismo, as cidades apresentarão problemas de segregação espacial por raça.

Nos Estados Unidos, onde houve também um longo período do escravismo e de guerras que influenciaram a segregação racial nas suas cidades, apresenta exemplos desse tipo de discriminação. Thomas (1994) em seu artigo intitulado “Planning History and the Black Urban Experience: Linkages and Contemporary Implications”, disserta sobre o papel desses grandes marcos e denuncia o planejamento urbano excludente e segregador, que oprime continuamente moradores negros e não brancos. Speak e Kumar (2018) afirmam também o que Thomas (1994) aponta nessa publicação, que as diversas ferramentas que foram utilizadas, tais como o zoneamento, as políticas habitacionais e as grandes reformas urbanas, funcionaram como uma “política de segregação racial”.

No Brasil, pesquisadores e movimentos ativistas tem questionado o planejamento urbano que isola os territórios negros. Souza (2010) critica a falta das questões étnico raciais no planejamento urbano no Brasil:

Causa espanto que questões étnicas, tão importantes em um país no qual o racismo se faz presente, ainda que de modo (às vezes) mais brando e sutil, não venham merecendo qualquer destaque na produção teórica a respeito da reforma urbana e suas formas de concretização [...] Em contraste com isso, a discussão a respeito das vinculações entre etnicidades e planejamento urbano são fortes nos EUA (SOUZA, 2010, p. 198)

Em Salvador, com a revisão do Plano diretor, os movimentos sociais organizados com as pautas do Direito à Cidade acompanhavam o processo de elaboração do Plano Salvador 500 e apontavam que aquele modelo de planejamento não os representava:

Salvador é marcada por uma profunda segregação, com a população negra ocupando os espaços urbanos com maior carência de infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos. No momento de revisão do PDDU de Salvador para o horizonte de 35 anos, é preciso dar visibilidade às condições em que vive a população negra do município, e garantir a realização de políticas públicas que garantam a permanência em seus territórios e a efetivação dos

direitos à saúde, segurança, saneamento básico e educação. (MANIFESTO..., 2015)

Cabe considerar, que no **planejamento urbano** as decisões referentes ao espaço urbano e seu território, deveriam ser tomadas buscando a **equidade territorial** para com todos, sem diferenciação de raça, classe ou gênero. No qual a **equidade** em si é a forma justa e imparcial em relação a alguém ou determinado grupo de pessoas, ligada diretamente ao conceito de Justiça, pela qual devem ser reconhecidas as desigualdades e ajustadas às leis pela obtenção da igualdade (Frangella, 2020).

Nesse sentido, Cárdenas e Giraldo-Ospina (2021) criticam a distribuição planejada que privilegia alguns cidadãos, os com mais recursos, localizando-os próximos de espaços de lazer, áreas verdes e locais de encontro. Com isso, junto às questões de poder nas tomadas de decisões dentro do planejamento urbano, o homem branco é privilegiado (Fagundes e Henning, 2022). E quando falamos sobre *o homem branco* nos remetemos ao conceito de **branquitude** que é uma expressão que se refere ao homem branco exercendo poder para obter privilégios. E essa prática de exercício do poder dentro das **questões territoriais** e de **planejamento urbano** faz com que uma parte da população seja privilegiada na cidade e coloca o outro como diferente e vulnerável (Fagundes e Henning, 2022).

A partir dos temas abordados no contexto desta pesquisa, tais como o início do racismo no Brasil exercido por meio do sistema escravista, as influências desse sistema na estrutura social do país, os quilombos como as primeiras formas de manifestação de resistência, identifica-se a necessidade de compreender o **planejamento urbano** como uma ferramenta que pode ser utilizada para institucionalizar o racismo e a desigualdade espacial no Brasil e mais especificamente no sul do país.

Problema de pesquisa

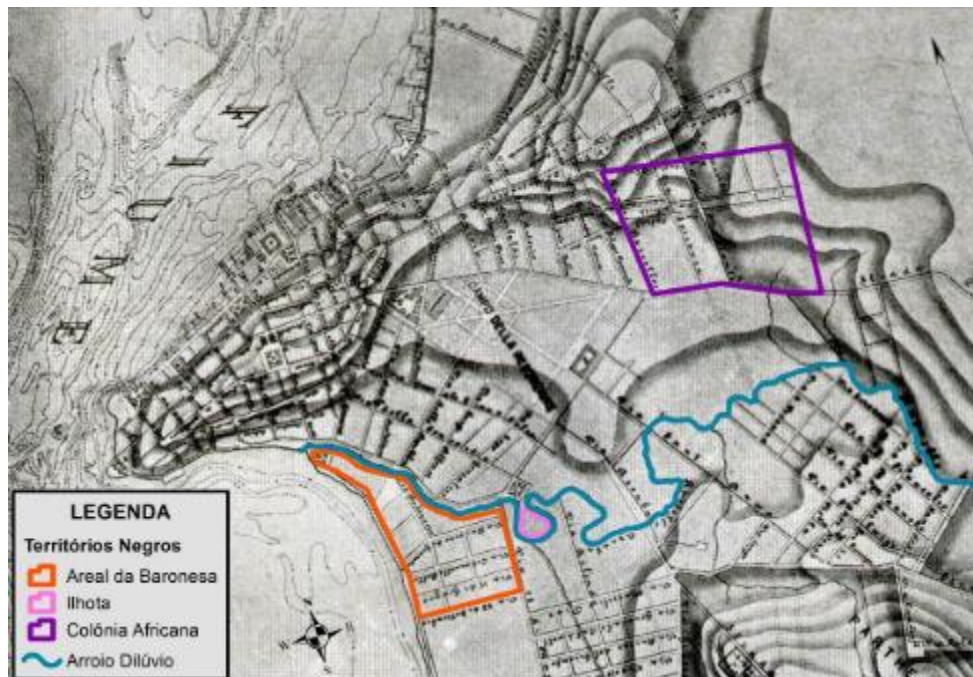
A cidade de Porto Alegre se destaca, historicamente, pelos planos urbanos, bem como pelo Orçamento Participativo. Em 1914, Porto Alegre

foi objeto de um primeiro estudo urbanístico que foi utilizado como base para os planos diretores que vieram depois: o plano de melhoramentos e embelezamento (Albano, 1999). Outro marco que se pode destacar é o Orçamento Participativo (OP), que se tornou referência mundial e através do qual houve uma maior transparência sobre o processo orçamentário, além de uma participação dos cidadãos nas exigências de um melhor funcionamento da gestão por parte da prefeitura. O OP foi um procedimento participativo adotado inicialmente em 1989 (Guimaraes, 2008).

A presença negra ocorre em Porto Alegre desde o período colonial (Vieira, 2017), sendo que os negros que ocupavam a área central da cidade eram os escravos domésticos e de profissão de ganho, como as famosas quintandeiras (Vilasboas et al., 2010). Após a abolição, essa população continuava a ocupar a área central, nos chamados becos, locais onde ficavam além dos negros, as prostitutas e os bêbados. Os becos eram os territórios dos excluídos, “territórios condenados, malditos [...] maus lugares”, como diz Pesavento (2001). A autora remete ainda ao lugar no qual a sociedade era confrontada, pois se deparava com o outro.

Segundo Pesavento (2001), nesse período a cidade era dividida em oito distritos, sendo os três primeiros tidos como urbanos. A autora explica que: o 1º distrito que se localizava entre o traçado das fortificações, era o núcleo econômico, onde se situavam os casarões da alta sociedade, os pontos culturais e importantes da época, e onde também existiam os becos; já o 2º e o 3º distritos também ficavam dentro da fortificação e tinham como ruas importantes a Rua Coronel Genuíno, a Rua Lima e Silva e Rua da Conceição. Portanto, ao longo dos anos, no 1º distrito, foi ocorrendo um crescimento desordenado e sem alinhamentos desses “lugares malditos”, fazendo com que aumentasse a população e houvesse uma expansão do perímetro urbano (Pesavento, 2001). Contudo, na primeira grande remodelação da cidade, na virada do século XIX para o século XX, com o intuito de limpar a cidade e fazer dela um cartão de visitas, os becos do centro da cidade foram eliminados e a população negra acabou tendo que ir para as margens, configurando o denominado “cinturão negro”.

Figura 1- Mapa topográfico de Porto Alegre com os Territórios Negros 1906



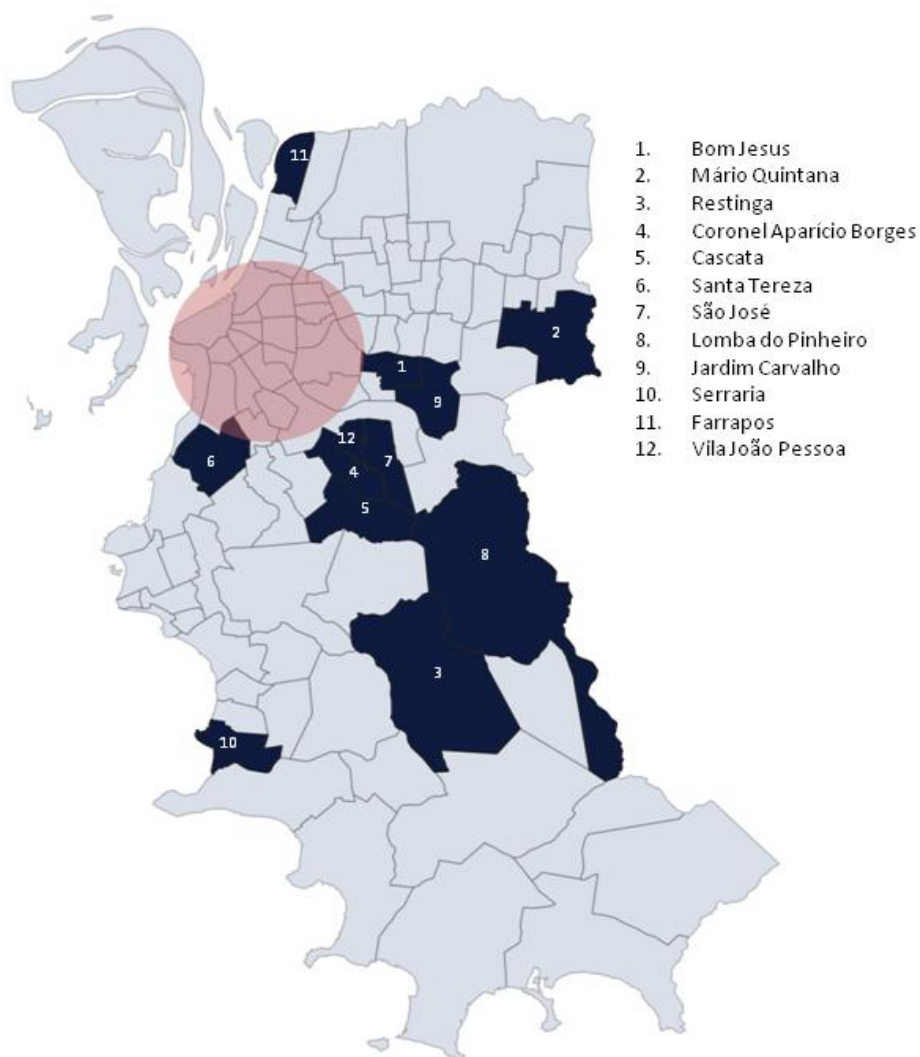
Fonte: VIEIRA (2017)

Nesse mapa da cidade de Porto Alegre de 1888, aparecem os territórios negros afastados das áreas centrais. A Ilhota foi um dos territórios que ao longo do século XX, assim como os Becos das áreas centrais, foram removidos devido a um grande projeto urbano: a canalização do Arroio Dilúvio. Nesse mapa, é possível visualizar que a Ilhota era localizada em uma área circundada pelo arroio, tornando-a um local sujeito às enchentes. Segundo Vieira (2017) a canalização do arroio foi acontecer somente em 1941, depois da grande enchente histórica da cidade. Com esse grande projeto urbano, algumas casas inicialmente foram removidas e a ilhota se expandiu para o lado contrário do arroio. Contudo, em 1960, a Ilhota deixou de existir e grande parte dos seus moradores foram removidos para o bairro Restinga (localizado a 24 km do centro da cidade).

Esses estudos revelam que a população negra em Porto Alegre foi, ao longo da história, afastada das áreas centrais para áreas periféricas em função de projetos e melhorias no espaço urbano. Esse afastamento da população negra está relacionado a um modelo de planejamento urbano

sob influência europeia de higienização e modernização das cidades. Nessa abordagem, a existência da população negra é ignorada, sendo que os bairros negros e territórios negros são deixados à margem no atendimento de infraestrutura e serviços urbanos.

Figura 2- 12 bairros com maior porcentagem de população negra na cidade



Fonte: A autora. QGIS. Com base de dados: ObservaPOA, 2010

Na figura 02, que representa a situação atual de Porto Alegre, está localizada a área central da cidade (circunferência em vermelho), bem como os 12 bairros com maior porcentagem de população negra na cidade (marcados em preto. Informações complementares: ver planilha no anexo).

Pode-se constatar que a população negra reside em áreas mais afastadas do centro. Tanto na figura 1, quanto na figura 2, percebe-se que esses territórios negros, no caso dos bairros negros, localizam-se às margens da cidade, nas periferias. Comparando as figuras 01 e 02 percebe-se que junto da expansão da cidade, a localização de bairros negros parece se manter nas periferias, o que implica em um deslocamento desses bairros para as áreas mais afastadas do centro. Cabe considerar que as periferias são os locais onde as desigualdades são materializadas pela falta de investimentos em infraestrutura, especialmente se comparados os investimentos em outros bairros da cidade.

O ObservaPoa utilizando dados do censo de 2010⁹ (IBGE, 2010), apresenta o “Indicador Moradias Precárias - Tema Infraestrutura”, em que indica o percentual de domicílios em área de moradia precária sobre o total de domicílios. Segundo dados do IBGE (2010), na região central que concentra a maior parte da população branca (Auxiliadora, Azenha, Bela Vista, Bom Fim, Centro, Cidade Baixa, Farroupilha, Floresta, Independência, Jardim Botânico, Menino Deus, Moinhos de Vento, Mont´Serrat, Petrópolis, Praia de Belas, Rio Branco, Santa Cecília e Santana) , o número total de moradias precárias é de 542, contrastando significativamente com um único bairro, como exemplo o Bom Jesus, que tem 4484 moradias precárias. Um outro caso que exemplifica essas diferenciações é o bairro Mário Quintana, que apresenta 2402 moradias precárias e o bairro Moinhos de Vento, que é o bairro com a maior população branca da cidade, tem o indicador de 0 moradias precárias.

Ainda, em relação à infraestrutura, o indicador de esgoto a céu aberto, demonstra que os 12 bairros negros apresentam maior valor absoluto em relação aos bairros com maior porcentagem de população branca. Exemplos dessa situação são: o bairro Mário Quintana, com um valor absoluto de 1815 esgotos a céu aberto, o bairro São José com 2094 e o bairro Bom Jesus com 596. Por outro lado, os bairros Moinhos de Ventos, Bom Fim e Cidade Baixa apresentam 0 esgotos a céu aberto.

⁹ ObservaPoa. Disponível em: http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regiao=17_5_244 . Acesso em 05 de dez de 2022

O relatório de Desenvolvimento Humano "Além das médias"¹⁰, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Fundação João Pinheiro (FJP), tem o objetivo de “visibilizar dados estatísticos que evidenciam desigualdades e, com isso, subsidiar a elaboração de políticas públicas que visem a promoção da igualdade racial, de gênero e das condições sociais das populações residentes nas áreas urbanas e rurais” (pg 9). Neste relatório, a cidade de Porto Alegre é apontada como a cidade brasileira com maior desigualdade entre negros e brancos no Brasil.

Conforme mencionado anteriormente, a cidade de Porto Alegre é reconhecida por seu planejamento urbano, pelo início dos estudos urbanos em 1914 e particularmente pela experiência do Orçamento Participativo e. Contudo, a figura 02 revela que atualmente, os bairros negros afastados da área central acabam “formando uma espécie de arco negro” (Vieira, 2017,pg 165), gerando um **novo cinturão negro** na cidade, o que perpetua a situação constatada na figura 01.

Desta forma, sobre os processos mais recentes de produção da cidade indaga-se: o racismo institucional na sociedade brasileira exerce influência sobre as práticas de planejamento urbano em Porto Alegre? Cunha Junior (2019) alerta para a importância do momento em que se planeja o futuro da cidade, se neste momento não for levada em conta a diversidade da população brasileira, as consequências serão as desigualdades territoriais, ambientais, educacionais e sanitárias.

Assim, destaca-se, nesta pesquisa, a relevância de compreender a vida cotidiana da população negra nas cidades, a partir da escala do bairro. Desse modo, opta-se pelo uso do conceito de Bairro Negro vinculado à noção de Território Negro Residencial.

Inicialmente, identificou-se a necessidade de desenvolvimento de estudos sobre equidade e raça no planejamento urbano. A partir de uma busca inicial por trabalhos acadêmicos que abordassem estudos urbanos

¹⁰ Relatório de Desenvolvimento Humano Além das médias. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2017/05/ipea-pnud-desenvolvimento-humano-alem-das-medias-10mai2017.pdf> . Acesso em: 05 de dez de 2022.

relacionados aos bairros negros de Porto Alegre, também foi possível identificar que ainda são pouco expressivos. A partir disso se identifica a necessidade de investigar evidências de racismo institucional no planejamento urbano. Logo essa pesquisa parte do pressuposto de que o racismo institucional está intrínseco no planejamento urbano na cidade de Porto Alegre.

Questões

A partir do contexto, do problema de pesquisa e dos principais conceitos apresentados nos itens anteriores, foi definida a seguinte questão principal:

Existem evidências de racismo institucional na formação de bairros negros em Porto Alegre/RS?

A partir da questão geral, foi proposta a seguinte questão secundária:

Quais as evidências de Racismo Institucional e de falta de equidade no bairro negro Bom Jesus em Porto Alegre/RS?

Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é buscar evidências de Racismo Institucional em um bairro de população majoritariamente negra de Porto Alegre.

A partir do objetivo geral, foram propostos os seguintes objetivos secundários:

- a) Investigar quais as características do bairro selecionado podem se consideradas como definidoras de um bairro negro;
- b) Identificar se há falta de equidade no bairro selecionado em comparação com os demais bairros de Porto Alegre;

- c) Analisar leis, planos e projetos que influenciaram na configuração urbana do bairro selecionado.

Síntese do método de pesquisa

Para o alcance do objetivo desta pesquisa foi adotada a estratégia de estudo de caso. O estudo de caso, segundo Gil (2012) serve para explicar variáveis de determinado fenômeno em situações muito complexas, sendo um estudo aprofundado de maneira a permitir uma compreensão ampla sobre o objeto investigado. Nesta pesquisa optou-se pelo desenvolvimento de um estudo de caráter exploratório.

O recorte espacial da pesquisa é um bairro negro de Porto Alegre/RS na contemporaneidade: o bairro Bom Jesus. O bairro foi selecionado por meio de uma análise dos mapas temáticos (ver apêndice 2), da análise feita dos trabalhos existentes sobre o bairro e pela motivação afetiva e simbólica da pesquisadora, envolvendo seus laços familiares.

As principais técnicas de coleta e análise de dados adotadas foram: a análise documental, a cartografia social, a produção e análise de mapas através da plataforma SIG (QGIS), entrevistas em profundidade, grupo de foco e o registro fotográfico. Destaca-se a importância do relato de pessoas que residem no bairro e são envolvidas com o tema. Logo, este trabalho foi realizado em três etapas que estão descritas a seguir:

Etapa 1: Nesta primeira etapa, foi feita a seleção do estudo de caso e a delimitação teórica do trabalho. Paralelamente, foi realizada a coleta de dados secundários para produção de: tabelas e mapas, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Também foi iniciada como ferramenta preliminar, a observação participante. Com o intuito de analisar a viabilidade da pesquisa.

Etapa 2: Nesta etapa o foco foi a percepção dos moradores sobre o bairro em relação ao racismo e ao racismo institucional, as características que caracterizam um bairro negro e a percepção em relação às desigualdades entre bairros da cidade. Foram utilizadas as seguintes técnicas de coleta e

análise de dados com os moradores: entrevistas em profundidade semiestruturadas com o apoio da cartografia social, grupo de foco e registro fotográfico.

Etapa 3: Esta etapa teve como foco a consolidação da análise dos resultados das etapas anteriores. A síntese dos resultados foi confrontada com a literatura, construindo as discussões finais e as contribuições deste estudo.

Estrutura do trabalho

Este documento está estruturado em **seis capítulos**.

- Na introdução aborda-se a motivação da autora para o desenvolvimento da pesquisa, o contexto, a construção do problema de pesquisa pelo esboço do estado da arte e pela identificação da lacuna de conhecimento sobre o tema, seguido das questões e objetivos. Por fim uma síntese da metodologia;
- O capítulo um apresenta uma revisão bibliográfica dos principais conceitos abordados desta pesquisa, que são: Territórios negros, bairros negros, Equidade, Racismo e Racismo Institucional, branquitude, planejamento urbano e o quadro síntese. Afim de delimitar os conceitos que permitiram analisar e compreender os bairros negros de Porto Alegre;
- O capítulo dois aborda a metodologia de pesquisa empregada neste trabalho, inicialmente através de fundamentação teórica, apresentando a estratégia de pesquisa, os procedimentos de coleta e análise de dados e posteriormente, o que foi aplicado;
- No capítulo três é abordado o contexto histórico da Institucionalização do Planejamento Urbano, Planos e projetos que formaram Bairros Negros em Porto Alegre e a História do Bairro Bom Jesus;

- No primeiro capítulo dos resultados, apresentamos os dados coletados relacionados ao conceito de "Bairro Negro," a fim de esclarecer se o Bom Jesus é de fato considerado um bairro negro;
- No segundo capítulo dos resultados, abordamos a questão do Racismo Institucional, buscando evidências por meio da análise de leis, planos, projetos e das percepções dos moradores.
- Por fim, o capítulo seis traz as considerações finais deste trabalho, com as limitações e possibilidades futuras.

IMPERADORES



FUND. 1950

DO SAMBA

A ESCOLA DO POVO

REFERENCIAL TEÓRICO: PRINCIPAIS CONCEITOS PARA ENTENDIMENTO DESTA PESQUISA

Neste segundo capítulo buscou-se apresentar o referencial teórico inicial da dissertação, abordando os principais conceitos desta pesquisa, que são **territórios negros, bairros negros, equidade, raça, racismo, racismo institucional, antirracismo, branquitude e planejamento urbano**. E por fim uma síntese dos conceitos adotados na pesquisa.

1.1 Territórios negros

Nesta pesquisa, os conceitos de território e territorialidade são considerados como um ponto de partida para o entendimento do conceito de território negro. Relaciona-se e se entende o conceito de território como um espaço definido e delimitado pelas relações de poder (SOUZA, 2018). Relações essas feitas por animais, pessoas, instituições ou uma organização.

Nas ciências naturais, o território seria a área de influência e dominação de uma espécie animal que exerce o domínio da mesma, de forma mais intensa no centro e que perde esta intensidade ao se aproximar da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies. Em Ciências Sociais, a expressão território vem sendo muito utilizada, desde o século passado, por geógrafos como Frederico Ratzel, muito preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território, e por Elisée Reclus¹¹ que procurava estabelecer as relações entre as classes sociais e espaço ocupado e dominado. Os especialistas em Teoria do Estado também costumam afirmar que o Estado se caracteriza por possuir três elementos essenciais: o território, o povo e o governo, enquanto a nação é caracterizada pela coexistência do território e do povo, mesmo inexistindo governo e conseqüentemente, o Estado. O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligada à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1998, p. 213)

¹¹ RECLUS, E. L' homme sur la terre. Paris. 1906 (Citação retirada do texto de Andrade, 1998)

O território ainda pode ser compreendido em três dimensões: política ou jurídica, política, cultural ou simbólico cultural e econômica. Sendo que a política é a relacionada com a questão do poder e controle; a cultural com a visão simbólica e subjetiva, sobre a valorização do espaço de um determinado grupo; e a econômica considera o espaço como uma fonte de recursos que se relaciona com as classes sociais (Haesbaert, 2011).

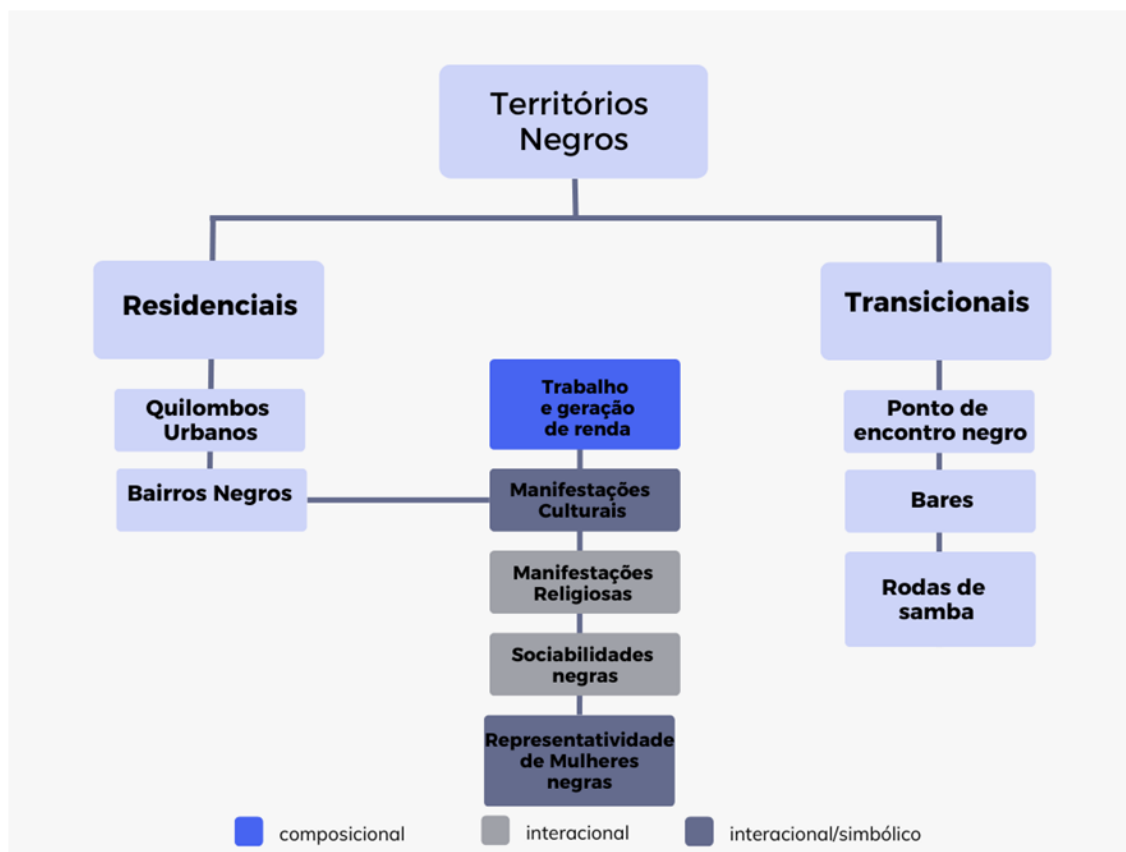
Confrontando o conceito de território tem-se o conceito de espaço, os quais não são sinônimos e, por vezes, são confundidos. O espaço pode ser entendido como a organização espacial e o território como as questões afetivas e políticas (Correa, 1998).

Ainda, antes da delimitação do conceito de território negro, há o conceito de territorialidade, que pode ser entendido como o conjunto de práticas simbólicas e culturais que garantem a permanência de um território por grupos sociais, sendo a qualidade subjetiva do grupo social a tomada de consciência de seu espaço (Correa, 1998; Cara, 1998). Silva (2014) cita a definição de Roncayolo (1990 apud Silva 2014)¹², sobre territorialidade como um fenômeno cultural e coletivo, com características psicológicas, econômicas e geográficas. Assim, a territorialidade é como um grupo social se vê e vive em um território. A partir das definições dos conceitos de território e territorialidade é possível abordar um dos principais conceitos desta pesquisa: os territórios negros.

Segundo Nogueira (2018, p.33), territórios negros são parte de uma estratégia de resistência.

¹² RONCAYOLO, Marcel. La ville et ses territoires. Paris: Gallimard, 1990.

Figura 3- Diagrama conceitual: definição de territórios negros e bairros negros.



Fonte: Elaborado pela autora. Com base em Cunha Junior (2019), Junior (2012), Ramos (2013) e Vilasboas et al, (2010)

A partir dos autores previamente mencionados na figura 3, entende-se que os territórios negros podem ser categorizados em: (i) **residenciais**, nos quais predominam as relações de parentesco e vizinhança e em (ii) **transicionais**, nos quais predominam as formas sociais e as sociabilidades negras (Cunha Junior, 2019; Junior, 2012; Ramos, 2013; Vilasboas et al, 2010). Na figura 03, podemos ver esses dois eixos: **residenciais e transicionais**. Vemos também exemplos do que caracteriza esses dois eixos do conceito de territórios negros. Um dos exemplos apontados na figura, os bairros negros, que são o foco dessa pesquisa, são um tipo de território negro residencial, o qual pode abrigar uma série de marcadores territoriais como podemos ver na Figura 03. Esses marcadores territoriais dos bairros negros, os relacionamos com os critérios abordados no conceito de bairro que o Marcelo Lopes de Souza (2018) cita: o interacional, composicional e simbólico.

Leite (1991, p. 40, apud, Nogueira, 2018)¹³, explica que os territórios negros residenciais “*são caracterizados por serem fixos e demarcados geograficamente, podendo ou não serem documentados legalmente*”. Exemplos desses territórios negros residenciais são os quilombos urbanos ou bairros negros (Junior, 2012). Já os territórios negros transicionais são locais de encontro e intercâmbio que não costumam ser permanentes, mas se destacam pela presença de códigos simbólicos. (Junior, 2012; Vilasboas et al, 2010). São espaços de festa e celebração da cultura negra e, também, espaços de contestação e afirmação política.

Neste sentido, Sommer (2005) compreende o conceito de territorialidade negra como:

a entidade geográfica historicamente associada por negros e brancos à identidade de grupos negros no Brasil. Ela se configura como uma situação específica de alteridade caracterizada por relações sociais próprias e divergentes da sociedade envolvente. São associadas aos territórios negros características de fortes laços familiares e parentesco, os usos e usufrutos da terra do mesmo modo como relações políticas com a sociedade envolvente próprio. As formas de sociabilidade e a memória social de seus habitantes são profundamente impregnadas das origens de sua cultura ancestral. (SOMMER, 2005, p. 20)

Nesse sentido, o termo territorialidade assume um significado para além do físico, referindo-se aos aspectos culturais e simbólicos e à expressão do grupo social que vive em certo território. Vieira (2017) aborda também esse aspecto que é vivido dentro desses territórios, do uso singular e frequente de certas atividades, para além da concentração de negros em certo espaço físico. Feijó (2013) exemplifica como aspectos culturais vivenciados nesses territórios: a dança, as artes plásticas, os rituais religiosos e a música.

Junior (2010) apresenta o conceito de território negro urbano, compreendendo um espaço de construção de singularidades negras e aponta esses territórios como objetos históricos de exclusão social e dos direitos sociais e civis. Sendo rurais ou urbanos, motivados não apenas por estratégias de sobrevivência e resistência, mas também espaços de

¹³ LEITE, Ilka Boaventura. Território negro em área rural e urbana: algumas questões. Textos e Debates: Terras e territórios de negros no Brasil, Florianópolis, v. 1, n. 2, p.39-46, mar. 1991. Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas.

preservação da cultura, identidade e ancestralidade. O autor aborda ainda que para os territórios negros residenciais se predomina as relações de parentesco e vizinhança e para os territórios negros transicionais são as formas sociais e as ambiências negras do “estar junto” (Junior, 2012).

Embora os territórios transicionais não sejam abordados conceitualmente nesta pesquisa, é importante observar que eles também estão presentes nos territórios residenciais, como nos bairros negros. Essas territorialidades não são estanques em suas características, apresentando dinamismo e fluidez. A população negra e periférica se distribui não apenas em seus locais de origem, mas também no centro da cidade, seja para lazer, ou seja, para trabalho.

No entanto, para esta pesquisa, foi-se desdobrado o conceito de territórios residenciais, no âmbito do Bairro Negro.

1.2 Bairros Negros

Para melhor entendimento do conceito de Bairros Negros, inicialmente aborda-se o conceito de bairro e suas definições. Segundo o dicionário Oxford Languages, existem duas definições: (i) bairro é uma porção de território povoado em uma cidade; (ii) cada uma das partes em que se divide uma vila, para facilitar a orientação das pessoas e possibilitar a administração pública mais eficaz.

Bezerra (2011) define “bairro” relacionando-o com o conceito de território, dotado de elementos de dominação e pertencimento. O autor ainda discute o bairro como um espaço de representação da vida.

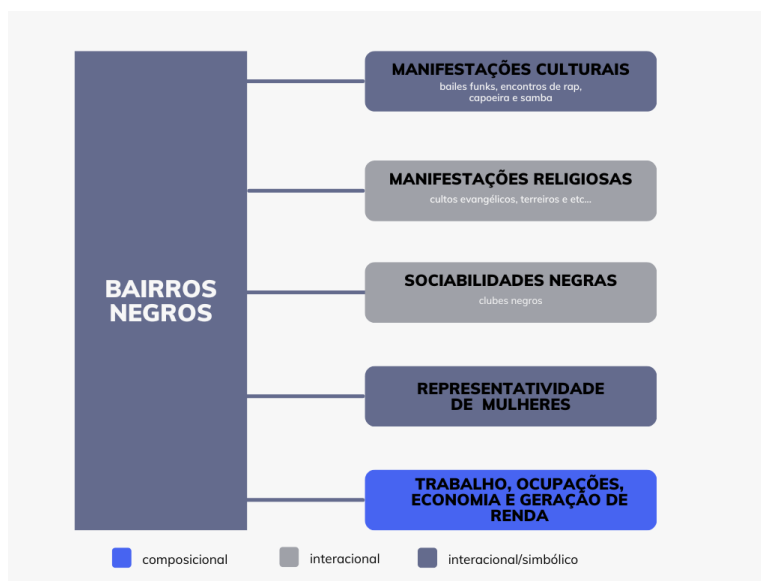
Souza (2018, p. 152 e 153) estabelece três tipos de critérios para abordar os bairros: (i) critério composicional que “se refere às características objetivas concernentes à composição de classe (e também em matéria de atividades econômicas) e a morfologia espacial”; (ii) critério interacional que “tem a ver com as relações estabelecidas entre os indivíduos e aos grupos, e que ajudam decisivamente a definir se há algum tipo de centralidade e de força centrípeta que concorra para estabelecer um determinado espaço, durante um período maior ou menor de tempo,

como possuindo certa individualidade (na medida em que a vida de bairro é fortemente determinada pela existência de subcentros de comércio e serviços que sirvam de pólos de atração, garantindo algum nível de “introversão”, por menos que seja”); (iii) critério simbólico que “diz respeito à imagem de um dado subespaço intraurbano como um espaço percebido e vivido, como um bairro, e não meramente como algum recorte ao qual se chega (uma instância de planejamento estatal, por exemplo) com base em algum critério “objetivo” definido em gabinete” (Souza, 2018, p. 152 e 153).

Esses critérios segundo o autor auxiliam na especificação das características dos bairros, sendo elas objetivas ou (inter) subjetivas, não deixando de lado a percepção individual sobre o bairro. Assim, esses critérios auxiliam em uma compreensão mais aprofundada sobre os bairros negros. Assim, os bairros negros podem ser considerados a partir de manifestações: (a) de cultura, como bailes funks, samba e capoeira; (b) de religião, como terreiros e cultos evangélicos; (c) de sociabilidade, como os clubes negros; (d) de gênero, particularmente expressas pelas mulheres negras e (e) de trabalho, que se referem às atividades econômicas de geração de renda. Esses eixos se articulam em relação ao contexto do local. E não são manifestações isoladas, mas que se cruzam e se conectam. Portanto essa compreensão sobre os bairros negros pode ser delineada a partir dos critérios simbólicos e interacionais, sendo que as manifestações culturais, as manifestações de gênero, as manifestações religiosas e as manifestações de sociabilidade permeiam esses dois critérios.

O conceito de Bairro negro está interligado também com o de Território negro, por se tratar de um território negro residencial, demarcado geograficamente e legalmente por meio de planos diretores. O bairro negro também pode ser caracterizado por ser um espaço com a população majoritariamente negra. E o que de fato o particulariza é a cultura negra manejada e dinamizada ao longo do tempo no espaço, resultante do histórico dessa população (Matos et al., 2021). Na figura 4 podemos ver os critérios de bairros propostos por Souza (2018) e os principais eixos que caracterizam bairros negros.

Figura 4- Diagrama conceitual: definição de bairros negros.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Souza (2018).

Cunha Junior e Bie (2019) definem os bairros negros como áreas geográficas que são limitadas e obstruídas, sendo apontadas como partes da cidade que são clandestinas, informais e periféricas. Ramos (2013) em sua abordagem sobre os bairros e territórios negros, estabelece que são de maioria afrodescendente, com importância cultural, econômica, política e histórica. Sendo a parte cultural a que organiza as relações socioespaciais, onde predomina a cultura negra.

Esta riqueza cultural, dada pela integração de várias culturas, é lapidada nos bairros negros. Assim, muitos bairros negros surgem, social e/ou espacialmente, desta dinâmica cultural oriunda de culturas negras difundidas em várias cidades do mundo. Portanto, não existe, na constituição destes bairros negros, uma homogeneidade histórica, espacial, temporal, econômica ou mesmo da própria cultura negra: os bairros negros também são diversos. A formação de um *bairro negro* é marcada por um processo histórico das várias expressões de culturas negras que configuram diferentes sociabilidades e espacialidades. (RAMOS, 2013, p. 195)

Assim como os territórios negros são diversos, com histórias e localizações distintas, os bairros negros também são diferentes entre si. Nessas áreas da cidade, são construídas identidades e dinâmicas culturais próprias, por meio de manifestações: da cultura, da religiosidade, da representatividade das mulheres negras, das sociabilidades, do trabalho e

das atividades de geração de renda, da história e da memória. Dessa forma, a questão demográfica, a densidade e número de habitantes negros não são as dimensões que de fato constituem um bairro negro, mas sim a sociabilidade negra.

Finalizando este conceito, o Professor Henrique Cunha Junior (2023) aborda sobre, afirmando que a identidade social, a identidade cultural, a renda e os outros eixos que estruturam bairros negros são produtos da sinergia:

A **sinergia** é um conceito importante, que implica num resultado maior que a soma dos efeitos desses elementos vistos separadamente. Nesse contexto, a **sinergia** nos inspira a vislumbrar as inscrições negras em sua totalidade, como o cotidiano do grupo social, os fatos relevantes, a cultura do grupo, a memória coletiva, os patrimônios culturais, a história produzida sobre a coletividade ou sobre a localidade e as memórias da população negra dos bairros negros. "(CUNHA JUNIOR, 2023, p. 283, grifo da autora)

Ainda outra característica marcante desses territórios são as desigualdades, evidenciadas pela história de exclusão, pelas tentativas de apagamento e pelo distanciamento e negligência do poder público.

1.3 Equidade Territorial

O conceito de equidade é compreendido como uma forma justa e imparcial em relação a alguém ou determinado grupo de pessoas. Para Frangella (2020) equidade está relacionada à justiça social e ligada diretamente ao conceito de justiça, pela qual devem ser reconhecidas as desigualdades e ajustadas as leis para a obtenção da igualdade. Assim, para alcançar melhor entendimento do conceito, foi feita uma Revisão Sistemática de Literatura nas bases de dados Scielo, Scopus e Web of Science. Foram utilizados como termos de busca: "Equidade AND Planejamento urbano" e "Equidade AND Cidade".

Quadro 1- RSL “equidade”

REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA (RSL)				
PALAVRA CHAVE UTILIZADA	REPOSITÓRIO PESQUISADO	RESULTADOS		
		TOTAIS	INCLUIDOS	EXCLUIDOS
Equidade AND planejamento urbano	Scielo	5	1	4
	Scopus	0	0	0
	Web of Science	0	0	0
Equidade AND cidade	Scielo	65	12	42
	Scopus	1	0	1
	Web of Science	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora

Como resultado dessa primeira busca, encontrou-se a equidade em diversos eixos: Equidade na Justiça, Equidade no âmbito Educacional, Equidade na Saúde, Equidade territorial e Equidade Ambiental.

Silva (2014) aborda a justiça como equidade, combinando esses dois conceitos e dissertando sobre a garantia das liberdades e igualdade formal como busca para redução das desigualdades. Ainda sobre Justiça como equidade, Figueiredo et al. (2017) dialogam com o autor John Rawls, um dos principais autores que dissertam sobre a teoria da justiça na promoção da equidade.

“Aqueles que podem ser sustentados pela família e têm uma boa educação têm vantagens óbvias sobre os demais. Permitir que todos participem da corrida é uma coisa boa. Mas se os corredores começarem de pontos de partida diferentes, dificilmente será uma corrida justa.

A noção de equidade admite atender desigualmente os que são desiguais, priorizando os que mais necessitam para poder alcançar a igualdade. Enfatiza-se, que a equidade deveria ser colocada como uma dimensão transversal, a ser considerada na análise de todas as intervenções propostas. (FIGUEIREDO ET AL., 2017, p.3822)

No âmbito educacional, a equidade segundo López et al. (2018) é vista como o fornecimento das mesmas oportunidades para que todos tenham a possibilidade de alcançar objetivos educacionais, ou seja, proporcionando educação de qualidade para todos. Andrade e Franceschini (2017) dissertam sobre a equidade na saúde, a partir da discussão sobre: os problemas sanitários que são negligenciados, a

carência das populações mais vulneráveis da sociedade, a necessidade de investimentos na saúde para proporcionar qualidade de vida para essas populações. Haughton (1999) destaca a equidade ambiental, relacionada ao racismo ambiental e a equidade intergeracional ou de futuridade, considerando que o desenvolvimento presente não deve comprometer os recursos das gerações futuras.

Por último, se faz importante compreender o conceito de equidade territorial, o qual tem relevância para esta pesquisa pela relação que estabelece com conceitos de: planejamento urbano, bairros negros e racismo institucional. Por meio de uma revisão de literatura com a técnica “bola de neve” (a tradicional) foram encontrados alguns autores que investigam o conceito de equidade, que frequentemente é relacionado com mobilidade urbana, desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e acessibilidade.

Montecinos Manque et al. (2022) definem o conceito de equidade territorial e de coesão territorial da seguinte forma:

El concepto de cohesión territorial, se entiende comúnmente como la igualdad de acceso a servicios y a otros aspectos fundamentales de la vida humana, sin embargo, este acceso no considera heterogeneidad territorial (urbano/rural) y es aplicado indistintamente a diferentes escalas (ciudad/región) bajo un enfoque que se aleja de la cotidianidad . Por lo que la equidad territorial entonces, se condice con la medición en la disparidad en el acceso a las posibilidades de desarrollo del territorio, determinando que grupos de personas, se encuentren marginadas a los equipamientos colectivos y servicios, lo que disminuye sus oportunidades y afecte su bienestar (MONTECINOS MANQUE ET AL., 2022, p. 319)¹⁴

A coesão territorial aborda ainda três componentes¹⁵ que o diferenciam da equidade territorial e o aproximam da definição que considera a articulação da população de cada território: (i) a qualidade territorial, que reflete sobre a qualidade de vida nos territórios e a equidade

¹⁴ Tradução: “O conceito de coesão territorial é comumente entendido como a igualdade de acesso a serviços e outros aspectos fundamentais da vida humana. No entanto, esse acesso não leva em consideração a heterogeneidade territorial (urbano/rural) e é aplicado de maneira indiscriminada em diferentes escalas (cidade/região), sob uma abordagem que se afasta da realidade do dia a dia. Portanto, a equidade territorial está relacionada à medição da disparidade no acesso às oportunidades de desenvolvimento do território, o que significa que certos grupos de pessoas acabam excluídos de instalações e serviços coletivos, o que reduz suas oportunidades e afeta seu bem-estar.”

¹⁵ Disponível em: [Coesão territorial | Fórum das Cidades](#) . Acesso em 13 de julho de 2022.

nos acessos; (ii) a eficiência territorial, através da eficiência de diferentes recursos e a acessibilidade; (iii) a identidade territorial, sobre a vocação produtiva de cada território.

Por fim, Cárdenas et al. (2020) discorrem sobre o surgimento do conceito de equidade territorial, como resultante de uma contraposição à segregação residencial que acontece nas cidades. Onde se parte do princípio de prover segurança a toda população para ter as mesmas condições de qualidade de vida, através de boas infraestruturas, acesso aos equipamentos de saúde e educacionais, transporte público de qualidade e espaços de lazer arborizados.

1.4 Raça, Racismo, Racismo Institucional e Antirracismo

Seguindo na construção de uma compreensão sobre os conceitos deste trabalho, a seguir serão abordados os conceitos que estão interligados ao problema da desigualdade racial, os quais servem para estabelecer uma fluidez na argumentação desta pesquisa. Racismo é um termo que para a população negra é entendido cotidianamente. O termo antirracismo ganha impulso em um movimento forte durante a pandemia da covid 19 e depois dos atos que ocorreram nos Estados Unidos após o assassinato brutal do George Floyd (Santos e Reis, 2022). Para compreensão abordaremos pontos de vistas de alguns autores sobre a modernidade e a colonialidade do saber, para além dos principais conceitos.

Lélia Gonzalez (1984) inicia um de seus textos com uma epígrafe, descrevendo a seguinte história:

Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinado um monte de coisa pro crioléu da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava prá abrir um

espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? Teve um hora que não deu prá agüentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone prá falar contra os brancos. E a festa acabou em briga... Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora ta queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é a toa que eles vivem dizendo que “preto quando não caga na entrada, caga na saída” (GONZALEZ, 1984, p. 223)

A história descrita na epígrafe aborda um pouco do cotidiano da população negra, do qual se pode destacar três pontos: (i) os brancos falando sobre os negros, sendo os portadores do conhecimento; (ii) quando o negro requer o uso da voz, é colocado como a pessoa raivosa e (iii) o local da narradora, concordando com os brancos. Entende-se que o que está por trás dessa realidade é o racismo. No mesmo texto a autora afirma que o racismo se caracteriza como sintomático e como parte cultural da população (Gonzalez, 1984, p. 224). A autora ainda satiriza: “Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano” (Gonzalez, 1984, p. 226).

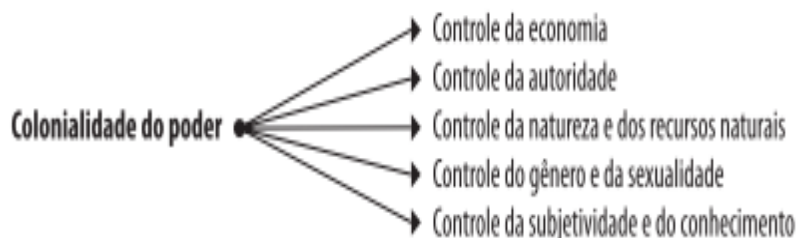
Aníbal Quijano (2013, p.43), sociólogo e pensador peruano, em seu texto intitulado “o que é essa tal de raça?”, aborda que a ideia de que raça é o instrumento mais eficaz da dominação social, sendo que essa ideia foi imposta como critério básico de classificação social universal da população mundial, havendo separação em quem era da Oceania, da Europa, da Ásia, da América e da África. Segundo o autor, é através de um sistema de poder e dominação que se realiza a inferiorização de parte da população, sob o ideário do eurocentramento. Este ideário se baseou

inicialmente na noção de raça como uma questão biológica, algo científico, na qual se questionava os modos, os costumes e as capacidades mentais de certa população, colocando os não europeus como primitivos.

De acordo com Quijano (2013), a Europa se torna esse “centro hegemônico do nascente capitalismo mundial” através do eixo central de comércio que havia durante o século XVI, onde essa centralização do poder que a Europa conseguiu e que se tornou o ponto para que fosse permitida a imposição da ideia de raça na classificação social e geocultural da população mundial.

O autor ainda aponta que o racismo é perceptível e onipresente nas manifestações da colonialidade do poder. A colonialidade do poder e a modernidade são apontados como o que sustenta o poder capitalista eurocentrado (Lugones, 2008). Abaixo, um diagrama mostrando os eixos da colonialidade do poder:

Figura 5- Colonialidade do poder



Fonte: BALLESTRIN, 2013

A colonialidade é reproduzida dentro dessa matriz da colonialidade do poder, mas também é reproduzida no saber e no ser. Na colonialidade do poder, raça e racismo são apontados como o princípio organizador das múltiplas hierarquias (Ballestrin, 2013). Na colonialidade do saber, também se segue uma matriz de hierarquias, podendo ser espiritual, epistêmica, sexual, de gênero e étnico- racial.

Entretanto, voltado para o segundo eixo que estrutura o capitalismo eurocentrado: a modernidade. Lugones (2008) cita Quijano, que argumenta que a produção de modernidade remete a um modo de conhecimento,

rotulado como racional. Ainda discutindo as ideias de Quijano, a autora aponta que a modernidade surge de uma fusão das experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo.

Contudo, essas populações inferiorizadas, não brancas e não eurocentradas, dentro um fenômeno coletivo de deslocamento e de dispersão, contra o apagamento de suas memórias, buscam suas identidades, construindo a partir de memórias e da noção de pertencimento.

A branquitude revela – de maneira visceral – a ambiguidade do pertencimento, que está no centro crítico da identidade diaspórica. Imigrantes europeus nos Estados Unidos podem manter sentimentos de ligação com seus espaços nacionais de origem, e ao mesmo tempo estarem inseridos no sentimento de pertencimento americano. Eles tornam-se Americanos “eticizados”. Ou ainda, passam facilmente para o grupo de Americanos, cujas associações com origens desaparecem completamente na construção de suas identidades. Eles tornam-se absorvidos dentro de um não ambíguo sentimento de pertencimento nacional da América. Afro-Americanos, como negros, não podem estabelecer estes vínculos de pertencimento não ambíguos, mesmo frente a imigrantes europeus cuja presença lhes é posterior no espaço territorial e jurisdicional do Estado Americano. Os nativos dos povos originários das Américas também não o podem (HINTZEN , 2013, p. 59)

Hintzen (2013) aponta que a identidade diaspórica foi historicamente produzida no rastro do deslocamento transoceânico de pessoas a serviço do projeto colonial. Mas coloca também que nem sempre se tem acesso à cidadania, pelo nascimento em determinado local. Almeida (2021) traz como exemplo a Revolução Haitiana, a qual evidenciou que as ideias fundadas pela revolução francesa (promessas de liberdade e igualdades universais) não torna todos iguais. Os ideais franceses serviam para a França e não para suas colônias. Ainda argumenta que até hoje a ilha caribenha paga o preço pela liberdade que foi reivindicada.

O autor ainda cita o filósofo Hegel, que classifica os africanos como os “sem história e bestiais”. E cita também o etnólogo holandês, Cornelius de Pauw que chama a população indígena de povo que “não tem história, infelizes e animais irracionais”. Esses argumentos evidenciam, que o lugar do exercício do poder é também o lugar de formação do saber (Foucault, 1996). Os relatos sobre essas populações inferiorizadas, frequentemente

são parciais e demoram a ser conhecidas, evidenciando um esforço para o seu apagamento ao longo dos séculos.

Ainda, Almeida (2021, p. 36) aborda em seu livro intitulado "Racismo Estrutural", outras abordagens do racismo: o individualista, o institucional e o estrutural. Para esse autor, o **racismo individual** seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados ocorrendo de forma de discriminação direta.

O racismo **estrutural** seria concebido estruturalmente através da normalidade da contínua reprodução e manutenção do racismo na ordem social, onde é privilegiado determinados grupos sociais, através das relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares. Não sendo uma patologia social. Mas apontando que instituições são racistas porque a sociedade é racista, sendo que não foi criado pelas instituições, mas é reproduzido por elas, sendo parte do processo social (Almeida, 2021, p. 47).

E o **racismo institucional** não seria baseado nos comportamentos individuais, mas sim como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. Aqui o racismo assume o papel de dominação, detendo o poder dos grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas (o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc.) e instituições privadas (por exemplo, diretorias de empresas) dependem, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negras e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos. Para a pesquisa, será adotada a concepção de racismo **institucional** conforme abordado pelo autor Silvio Almeida (Almeida, 2021, p. 40)

Entretanto, se pode dizer que esse racismo que é intrínseco à sociedade não pode ser mudado. Ele pode ser mudado, por meio de políticas antirracistas e na responsabilização de indivíduos que cometam esses atos. Dessa forma, será possível fazer com que “a sociedade deixe

de ser uma máquina produtora de desigualdade racial” (Almeida, 2021, p. 51). Nesse sentido, é importante considerar o que Almeida (2021) traz como sendo o antirracismo, que são as práticas políticas e pedagógicas inovadoras que vão contra os fundamentos do racismo.

Concluindo, o racismo em si e o contexto que o envolve, incluindo os diversos conceitos relacionados, são de muita importância para esta pesquisa. O racismo pode estar imbricado na estruturação da sociedade brasileira, mas também pode ser mudado através de políticas antirracistas. A partir da delimitação desses conceitos, se buscará identificar evidências de como o racismo institucional se manifesta dentro do planejamento urbano de Porto Alegre, particularmente em suas implicações no contexto do bairro Bom Jesus.

1.5 Branquitude

Nessa pesquisa o conceito surge para que se possa questionar dentro do planejamento urbano os privilégios aos brancos e para que se possa responder a questão principal e os objetivos desta pesquisa.

Os estudos sobre a branquitude voltam a surgir nos Estados Unidos nos anos 1990 (Corossacz, 2014). Com uma análise ampla do debate político e científico sobre o racismo, no qual é necessário reconhecer o papel fundamental desempenhado por ativistas e pesquisadores negros/negras ao revelarem a necessidade de estudar a posição e as ações sociais daqueles que se classificam como brancos, para compreender a produção do racismo (Corossacz, 2014). No Brasil esse tema é ainda pouco explorado dentro da academia (Santiago, 2019), entretanto alguns pesquisadores já abordam esse conceito.

Portanto, a branquitude se caracteriza por exprimir uma posição de privilégio estrutural, determinada por uma combinação de fatores históricos e mecanismos ligados à sua reprodução no presente (Lipsitz, 1995). Todavia, nem todas as pessoas definidas como brancas tiram proveito da branquitude do mesmo modo. Com efeito, a branquitude não é uma categoria uniforme ou monolítica, ela é sempre caracterizada por outras variáveis, como gênero, sexualidade, classe, status, religião, idade, nacionalidade, que precisam ser levadas em conta na análise etnográfica (COROSSACZ, 2014, p. 45).

Na busca da compreensão sobre o racismo, entendido como elemento estrutural na sociedade, também se deve compreender a branquitude que é uma posição de privilégio estrutural. Ambas ligadas e tendo o poder e as hierarquias como fundamento (Alexander, 2021). O poder e a hierarquia dentro do conceito de branquitude edifica o privilégio do branco colocando e vendo sempre o outro como vulnerável, desigual ou até como criminoso e portador da violência (Fagundes e Henning, 2022). Contudo, dentro das hierarquias a branquitude é atravessada pelas intersecções de classe, gênero e sexualidade também.

Ao examinarmos criticamente a branquitude, rompemos com o determinismo biologizante do pensamento racial, colocando em xeque o processo de construção sociocultural dessa forma de segmentação e hierarquização dos sujeitos. Isso propicia pensarmos a raça e o racismo como fenômenos ativos, capazes de determinar fatores econômicos e reguladores das relações sociais (SANTIAGO, 2019, p. 306).

Autores negros renomados também dissertam sobre a Branquitude. Cida Bento (2022) em o Pacto da Branquitude aborda o conceito em diversos ambitos e fala sobre o pacto narcísico que ocorre nesse sistema. A autora afirma que *“É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros.”* (pg5). No entanto, para ela, é como se fosse, se realmente houvesse, pois a branquitude na sua forma, se preserva e possui um componente narcísico, do “diferente” estar sempre ameaçando o “normal”. A autora vai falar ainda que

Assim vem sendo construída a história de instituições e da sociedade onde a presença e a contribuição negras se tornam invisibilizadas. As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. É claro que elas competem entre si, mas é uma competição entre segmentos que se consideram “iguais”. (BENTO, 2022, p. 5)

Concluindo, a branquitude tem muita importância para esta pesquisa, para compreendermos a ausência do planejamento urbano dentro de um bairro negro na cidade de Porto Alegre. Sendo essa ausência, uma evidência de que o poder exercido por um grupo que mantém os poderes econômicos e intelectuais perpetua a destinação de privilégios para esse mesmo grupo.

1.6 Planejamento Urbano sob a perspectiva de raça

Raça e planejamento urbano são conceitos distintos, mas que estão interligados. Esses conceitos serão abordados brevemente para melhor entendimento do estado da arte sobre essa temática. Na introdução, foi apresentado o conceito de planejamento urbano do Marcelo Lopes de Souza e algumas indagações sobre a falta da discussão de raça nesse campo. Complementarmente, se faz necessário compreender o conceito de planejamento antes de dissertar sobre o planejamento urbano e o urbanismo. Franco Huertas em seu livro “Método Pes - Entrevista com Matus” traz a entrevista com o chileno Carlos Matus, um economista que desenvolveu o método de Planejamento Estratégico Situacional (PES). Matus afirma que o planejamento é pensar no futuro:

Planejar significa pensar antes de agir, pensar sistematicamente, com método; explicar cada uma das possibilidades e analisar suas respectivas vantagens e desvantagens; propor-se objetivos. É projetar-se para o futuro, porque as ações de hoje terão sido eficazes, ou ineficazes, dependendo do que pode acontecer amanhã e do que pode não acontecer. O planejamento é a ferramenta para pensar e criar o futuro porque contribui com um modo de ver que ultrapassa as curvas do caminho e chega à fronteira da terra virgem ainda não palmilhada e conquistada pelo homem. Essa visão ampla serve como suporte das decisões de cada dia: os pés no presente e o olhar no futuro. É portanto, uma ferramenta vital. Ou sabemos planejar ou estamos condenados à improvisação. É a mão visível que explora possibilidades em circunstâncias nas quais a “mão invisível” é incompetente, ou não existe (HUERTAS, 1996. p. 12).

Sendo assim, no âmbito da cidade, tem-se o planejamento urbano, no qual o papel do planejador urbano é a previsão e a distribuição de espaços na cidade. Souza (2010), assim como o Matus, afirma que

planejamento remete ao futuro e que significa tentar simular os desdobramentos de um processo. O autor ainda afirma que o planejamento urbano não se limita ao desenho urbano e ao urbanismo, sendo mais amplo, embora também contemple esses dois eixos. Esse autor, explica que o planejamento urbano é um campo de atuação que agrega diversos tipos de profissionais, não só o arquiteto e urbanista, mas também os geógrafos e os cientistas sociais. Martin Korda (1999 apud Souza, 2010)¹⁶ afirma que o planejamento urbano se ocupa com o direcionamento da evolução espacial e com o uso das superfícies de uma cidade. Já o urbanismo, para o autor, é a aplicação do planejamento urbano e a modelagem formal de espaço urbano por intermédio da construção. Rovati (2013) aborda as diversas compreensões empregadas no uso do termo urbanismo. O autor afirma que os usos do termo urbanismo é ambíguo. Entretanto, ele coloca que o termo se conceitua no “campo disciplinar”, de competência para projeto e tendo como objeto de estudo e intervenção, a cidade.

Todavia, vinculando esses termos à questão racial, Rolnik (2013) aponta que há poucos estudos urbanos interligados com raça. Por mais que existam muitos trabalhos importantes sobre o tema da população negra, poucos estabelecem a conexão com a questão urbana.

Neto e Riani (2013) apontam para a necessidade da abordagem,

Tratar da questão racial na população urbana brasileira significa contemplar duas dimensões da questão racial no processo urbano. De um lado, há a questão das diferenças raciais intraurbanas, conforme refletido na análise do processo de segregação residencial urbana por raça que se segue. Por outro, torna-se necessário uma análise descritiva das condições habitacionais dos domicílios, no tocante a aspectos de cobertura de serviços públicos, estrutura fundiária do terreno (NETO E RIANI, 2013, p. 91)

A citação de Neto e Riani (2013) sobre as questões urbanas e raciais aponta também a questão das habitações. Eles falam sobre a segregação racial residencial que através dessa segregação urbana, certos grupos são excluídos espacialmente. Consequentemente, Thomas (1994) traz como exemplo essas segregações residenciais e afirma que os

¹⁶ Korda, Martin (1999): Grundlagem und Verfahren. In: KORDA, Martin (org.): Stadtebau. Stuttgart e Leipzig: B. G. Teubner, 4ed.

controles residenciais através do zoneamento são uma ferramenta de segregação social. A autora disserta também sobre outra forma de planejamento urbano que afeta a população negra e segrega:

A renovação urbana também forneceu inúmeros exemplos da interconexão da mudança racial com política. A indignação que muitos oponentes da renovação urbana exibiram veio em parte porque a renovação causou a destruição sistemática de muitas comunidades negras. Que esta liberação funcionou em a conjunção com liberação para construção de rodovias só piorou as coisas. A cidade simultaneamente eliminou favelas e deslocou minorias raciais de locais privilegiados para reconstrução e rodovia construção [...] Os residentes negros sofreram particularmente com o processo de realocação. (THOMAS, 1994, p. 4, tradução nossa)

Rolnick (2013) aborda também a questão das reformas urbanas e afirma que os programas de erradicação de favelas, afetaram diretamente a população negra nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Thomas (1994) em seu texto cita algumas vezes o “Journal of the American Institute of Planners” (JAPA) e particularmente o artigo intitulado “Comprehensive planning and social responsibility”, do Melvin Webber (1963)¹⁷, é apontado como um dos primeiros acadêmicos a abordar as relações étnicas raciais no planejamento urbano. Thomas (1994), ainda destaca que Melvin Webber encorajou planejadores a considerar as desvantagens que a população não-branca enfrentava nos transportes públicos e em políticas habitacionais.

No campo do planejamento urbano, existem abordagens contra o planejamento hegemônico, denominados como planejamentos “alternativos”, que são: o decolonial (Speak e Kumar, 2018), o feminista (Santoro, 2008) e o advocatício (Davidoff, 2016). No campo do planejamento decolonial, Sebalhos et. al.(2019, p. 7) afirmam que a “classe dominante da sociedade controla, além da produção, o consumo do espaço urbano, de forma que a cidade se desloca conforme interesse dessa classe”. Também argumentam que:

Antes de propor um pensamento epistemológico decolonial, precisa-se romper com as normas estabelecidas pela colonização, assumindo nossa posição como periféricos e “aprender a desaprender”. Isso significa, reconhecer nossa identidade política frente à identidade

¹⁷ Webber, M. 1963. Comprehensive planning and social responsibility. Journal of the American Institute of Planners 29:232-241.

imperial que nos é posta (sujeito homem, branco, heterossexual, cristão) (SEBALHOS ET AL., 2019, p. 8).

Esses autores também afirmam que o urbanismo decolonial

não tem uma fórmula certa com diretrizes definidas, como se fez no modernismo. A questão central é ser crítico ao que nos prende e explora, a fim de interromper essa dominação e propor novos sentidos para nossas cidades e modos de viver” (SEBALHOS ET AL., 2019, p. 9).

Portanto diante das diversas facetas do planejamento urbano, o decolonial pode estar alinhado ao conceito do **antirracismo**. Considerando que o planejamento decolonial, se posiciona contrário ao que é imposto, rompendo as barreiras da hegemonia, o antirracismo também propõe práticas contrárias ao que é imposto por uma sociedade predominantemente branca.

No campo do planejamento antirracista, Song (2015) desenvolveu estudos de casos nos quais a raça foi utilizada como uma ferramenta diagnóstica em seus programas comunitários. Em comunidades organizadas, de baixa renda e de maioria negra, ela analisa duas instituições: a Iniciativa Evergreen Cooperative e o Programa de Retrofit Verde e Força de Trabalho de Los Angeles. A autora afirma em suas conclusões que a raça pode funcionar como uma ferramenta de diagnóstico e diálogo útil para coalizões urbanas progressistas que realizam investigações e práticas provisórias e contextuais na esfera econômica urbana. Que assim, agregam em suas decisões, ideias e apoio às comunidades, sendo realizados diversos projetos comunitários e melhorias da área.

Thomas (1994), também aborda a importância dos laços comunitários na luta antirracista no campo do planejamento urbano. Ela afirma que foi de grande importância para as comunidades negras nos Estados Unidos, a organização comunitária. Ainda explica que, através de diversas manifestações contra políticas públicas que reforçavam a segregação racial, foram conseguidas ações de melhorias para os bairros. Dessa forma, através das praticas políticas e pedagógicas inovadoras se constroi uma luta antirracista.

Só a **recuperação coletiva** de nossa capacidade de autodeterminação pode fazê-lo. E é isso que homens e mulheres negros organizados buscam realizar por meio das inúmeras entidades negras espalhadas por todo o país, que na luta política cotidiana contra o racismo e a discriminação racial forjam propostas de emancipação social e de resgate da dignidade de todo o povo negro deste país. (CARNEIRO, 2019, pg 89)

Por fim, como Sueli Carneiro (2019) afirma, a organização comunitária fará com que a “política do esquecimento”¹⁸ possa ser revertida por aqueles que estão marginalizados, na base da pirâmide da sociedade.

1.7 Síntese quadro conceitual adotado para a pesquisa

A seguir, apresenta-se uma síntese dos principais conceitos adotados nesta pesquisa:

- a) **Território Negro:** São territórios no meio rural e urbano, onde há concentração de população negra. São territórios singulares pela presença de práticas culturais dessa população, a qual é unida pela resistência, sobrevivência, ancestralidade, organização social e impulsão de força política. Esses territórios podem ser: (i) Residenciais, caracterizados por serem fixos e demarcados; (ii) Transicionais, caracterizados por não serem fixos (Junior, 2010; Junior, 2012; Vieira, 2017; Vilasboas et al., 2010).

- b) **Bairro:** É definido como sendo um espaço de representatividade da vida. As características de um bairro podem ser classificadas em três critérios: **o composicional** (sobre sua morfologia espacial e a composição de classe existente); **o interacional** (tem a ver com as relações estabelecidas entre os indivíduos e os grupos); **o simbólico** (diz respeito à imagem de um dado subespaço intraurbano como um espaço percebido e vivido). (Bezerra 2011; Souza, 2018). A denominação de **bairros negros** se aplica aos bairros com predominância da cultura negra brasileira, manifestada em seus processos históricos, políticos, culturais e econômicos. Esses bairros se

¹⁸ Fernandes, 2004, apud, Speak e Kumar, 2018, pg. 160

caracterizam pela diversidade, não existindo homogeneidade. Frequentemente sua localização é informal e periférica, resultando da distribuição do espaço urbano na superfície da cidade. Eles podem ser caracterizados através das suas manifestações culturais, religiosas, das sociabilidades, da representação de mulheres negras e do trabalho e geração de renda (Ramos, 2013; Cunha Junior e Bie, 2019; Cunha Junior, 2019)

- c) **Equidade:** Ocorre quando são reconhecidas as desigualdades da população para que as leis sejam ajustadas para a obtenção da igualdade. A equidade pode ser exercida nos âmbitos: (i) da Educação, para que todos possam alcançar os objetivos educacionais; (ii) da Justiça, para atender à garantia das liberdades e igualdade formal como busca de redução das desigualdades; (iii) da Saúde, para que todos tenham qualidade de vida; (iv) do Território, para que haja igualdade de acesso aos serviços, espaços de lazer, equipamentos e infraestruturas; (v) do Meio Ambiente, para que sejam garantidos os recursos das gerações futuras (Andrade e Franceschini , 2017; Frangella, 2020; Haughton, 1999; López et al., 2018; Montecinos Manque et al. , 2022; Silva, 2014).
- d) **Racismo:** É uma forma de discriminação que tem a raça como base, podendo se manifestar conscientemente e inconscientemente. O racismo pode se manifestar em três âmbitos distintos: o individual, o institucional e o estrutural. (Almeida, 2021; Kilomba, 2019).
- e) O **racismo institucional** ocorre no funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. Esse tipo de racismo garante poder aos grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas (o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc.) e instituições privadas (diretorias de empresas etc) depende, em primeiro lugar, da existência de

regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou das mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos. (Almeida, 2021)

- f) **Antirracismo:** São práticas políticas e pedagógicas inovadoras que vão contra os fundamentos do racismo. Contrárias ao que é imposto por uma sociedade predominantemente branca e com fundamentação eurocêntrica (Almeida, 2021)

- g) **Branquitude:** Surge para a compreensão da produção e reprodução do racismo. Marcado por um processo de hierarquização e poder que exprime um local de privilégio de certo grupo dentro da sociedade, mais especificamente a população branca. Tendo dentro de um contexto cultural interseccionalidades de classe, raça, gênero, sexualidade e religião (Alexander, 2021; Bento, 2022; Corossacz, 2014; Fagundes e Henning, 2022; Santiago, 2019)

- h) **Planejamento Urbano:** É o campo de atuação, profissional e acadêmico relacionado à produção e distribuição do espaço urbano na superfície da cidade. O planejamento urbano pode ser desenvolvido por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, sendo interdisciplinar, tais como: Arquitetos e Urbanistas, Geógrafos e Sociólogos. A ação de planejar é pensar no futuro, pensar antes de agir, propor objetivos, explicar possibilidades e analisar suas vantagens e desvantagens. (Huertas, 1996; Rovati, 2013; Souza, 2020).

Para concluir este capítulo, foram discutidos os principais conceitos desta pesquisa, apresentados junto aos seus respectivos autores, oferecendo uma síntese para facilitar a compreensão do leitor. Esses

conceitos foram abordados com o intuito de proporcionar uma compreensão mais profunda do bairro negro e investigar a presença de evidências de racismo institucional.



Bom_Jesus-Sherlen_Borges_26_de_novembro_2022